



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

12 1/2

## ACTA NÚMERO CINCO

### ACTA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E SEIS. -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, reuniu na sala D. Manuel I, do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal da Maia, na sua 3.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 7 de Junho de 2006 e com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

#### 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

#### 2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

#### 3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA; -----

##### 3.1. RENÚNCIA DO SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MARTINS CARVALHO, SUA SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ARTIGO 8.º E 11.º DO REGIMENTO; -----

##### 3.2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 3 E 4 DE 2006; -----

##### 3.3. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, (ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO; -----

##### 3.4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RESOLUÇÃO POLÍTICA APROVADA NA XXIII ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA, QUE INCLUI A "CARTA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DAS MULHERES E HOMENS NA VIDA LOCAL"; -----

##### 3.5. CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA MAIA; -----

##### 3.6. REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO

PRAZO: RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA RELATIVA AOS EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO, DESIGNADAMENTE AO NÍVEL DA RENEGOCIAÇÃO DAS TAXAS DE JURO E DE SPREADS, DA UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FINANCEIROS PARA A COBERTURA DO RISCO DAS TAXAS DE JURO, E AINDA, E SE NECESSÁRIO, DA SUBSTITUIÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: -----

3. 7. ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 8.º E 9.º DO REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS E LICÊNCIAS E DO N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Informou que devido à ausência do seu Presidente, o Executivo far-se-ia representar pelo seu Vice-presidente, Senhor Engenheiro António Domingos da Silva Tiago, cuja chegada estava ligeiramente atrasada. Informou os Municípes presentes que o Período de Intervenção do Público seria no fim do Período de Antes da Ordem do Dia, e, se houvesse Cidadãos interessados em intervir, deveriam fazer a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio. Informou ter recebido os seguintes pedidos de substituição: o Senhor Deputado do Partido Socialista, José António Andrade Ferreira, pediu a suspensão do mandato por seis meses, tendo sido substituído pelo Senhor Joaquim Soares da Silva. A Senhora Deputada do Partido Socialista, Maria Emília Gomes Neves Souto, pediu a prorrogação do seu mandato por mais quatro meses, pelo que foi substituída pela Senhora Andreia Sofia Pereira de Andrade. O Senhor Deputado da Coligação "Primeiro as Pessoas", Elísio Cabral de Oliveira, pediu a sua substituição, por razões de saúde, tendo sido substituído para a presente sessão pelo Senhor Rui Manuel Madureira Monteiro. A Junta de Freguesia de Gemunde informou que o estado de saúde do seu Presidente e Deputado Municipal, Senhor Joaquim Oliveira Costa, não lhe permitia poder representar a Freguesia em juízo e fora dele, designadamente, na Assembleia Municipal, pelo que, enquanto durasse esta

impossibilidade, passaria a ser representada pelo número dois da Lista de Candidatura da Coligação "Primeiro as Pessoas" à Assembleia de Freguesia de Gemunde, o Senhor Eugénio José Vieira Teixeira, que anteriormente exercia as funções de Secretário da referida Junta de Freguesia. Os documentos comprovativos atrás referidos fazem parte integrante da acta como **documentos 1, 2, 3 e 4**. Verificadas as presenças constataram-se as ausências das Senhoras Deputadas Andreia Sofia Pereira Andrade, Mafalda Rôla Fernandes Moutinho Maia e ao abrigo da alínea c) do ponto 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura, Senhor José Torres de Sousa Dias, fez-se representar pelo Vogal da Junta, o Senhor António Armindo da Silva Soares. O documento comprovativo desta substituição faz parte integrante da acta como **documento 5**. Leu um ofício da Junta de Freguesia da Pena, concelho de Lisboa, de agradecimento pelo Voto de Pesar, aprovado na última Reunião da Assembleia Municipal, pelo falecimento do seu Presidente da Junta de Freguesia. O ofício referido faz parte integrante da acta como **documento 6**. Pediu aos Senhores Deputados presentes para fazerem entrega na Mesa de alguma proposta, moção ou qualquer outro documento, que eventualmente tivessem, para admissão e votação no Período de Antes da Ordem do Dia. Pediu, ainda, a todos os Senhores Deputados, contenção no tempo das suas intervenções, de forma a permitir o encerramento dos trabalhos da Sessão dentro do prazo regimental, às zero horas e trinta minutos, e o cumprimento das regras do uso da palavra e tempo de intervenção de cada orador, referidas no artigo 45.º do Regimento. -----

----- Abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

**JOAQUIM SOARES DA SILVA**, em nome da Bancada do Partido Socialista, apresentou e leu uma Moção de Solidariedade ao Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde, Joaquim de Oliveira Costa, gravemente ferido num acidente, cujo teor

faz parte integrante da acta como **documento 7**. -----

**FRANCISCO AMORIM SANTOS BAPTISTA** falou de problemas de segurança na zona dos Maninhos e na Pinta com a leitura dos documentos que fazem parte integrante da acta como **documentos 8 e 9**. -----

**MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS** abordou duas situações: uma referente ao Conselho Municipal da Juventude e a outra ao Projecto de Arranjo Urbanístico do Monte da Caverneira, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 10**. -----

**JÚLIO MANUEL MARTINS GOMES** disse que antes de colocar algumas questões ao Executivo, num texto que trazia escrito, iria abordar um outro assunto, para o qual tinha sido alertado no fim do corrente dia. Tratava-se de um problema laboral, relacionado com o pagamento do subsídio de turnos, dos funcionários municipais que trabalhavam no regime de horário de turnos, aos quais a Câmara Municipal tinha decidido retirar o subsídio de turno, que estava indexado ao Subsídio de Férias e ao de Natal. Porque esta indexação era uma prática usual, perguntou, se a ser verdade, qual a razão da sua retirada, uma vez que o subsídio de turno era um complemento pecuniário inerente à prestação de um trabalho e contemplado na Lei. Depois desta questão prévia, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 11**. -----

**FLORIANO DE PINHO GONÇALVES** manifestou a sua solidariedade para com o Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta da Freguesia de Gemunde, Joaquim Oliveira Costa, ao qual desejou um rápido restabelecimento do seu estado de saúde, para poder voltar ao convívio de todos e, de uma forma especial, ao seio da sua família. De seguida, falou sobre a insegurança de pessoas e bens na Freguesia de Vila Nova da Telha e sobre a construção de uma via alternativa à Passagem de Nível da Rua do Doutor Farinhote, com a leitura de um texto que faz parte integrante da acta como **documento 12**. -----

**VÍTOR MIGUEL SILVA** informou que iria intervir sobre um tema, que considerou muito

importante para todos: habitação social. Relembrou um episódio verificado numa Assembleia de Freguesia de Águas Santas, realizada no mês de Julho do pretérito ano de 2001, na sede social de "Os Bairristas do Formigueiro". Nessa Sessão, um Membro da Assembleia do Partido Socialista evocou a situação de duas famílias carenciadas, que ainda não tinham recebido a prometida habitação desde 1997. Com data de 7 de Outubro deste ano, tinham recebido um ofício, assinado pelo então Presidente da Câmara, no qual eram informadas de que lhes tinha sido atribuída uma habitação. O ofício indicava a sua localização, a sua tipologia, anexava a sua planta e que a mesma lhes iria ser entregue a curto prazo, uma vez que no Verão de 1998, a Câmara iria concluir todo o seu Programa de Habitação Social. Passados três anos continuavam a aguardar a sua casa. Deste caso, na sua qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Águas Santas, enviara, então, ofícios ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador do Pelouro e também fora tornado público nos órgãos da comunicação social. Do Senhor Vereador, António Domingos da Silva Tiago, tivera, naquela altura, a informação de que iria estudar o assunto. Passados cinco anos, porque às famílias ainda não tinha sido atribuída uma casa e ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Águas Santas ainda não lhe tinha sido dada qualquer resposta aos seus ofícios, pediu ao Senhor Vice-presidente da Câmara, que o informasse se o assunto continuava em estudo e qual era o ponto da situação sobre o mesmo. Entregou na Mesa correspondência por ele evocada sobre este assunto. Pediu que a mesma fosse anexada à acta, para permitir que todos os Senhores Deputados tivessem conhecimento do seu teor e de que o PS falava verdade. A correspondência faz parte integrante da acta como **documento 13**. Ainda sobre a habitação social, na freguesia de Águas Santas, lembrou outra situação. No ano de 2004, a Secção do PS desta freguesia tinha alertado para o facto do PER de Ardegães estar praticamente concluído, desde o ano de 2002, e ainda não ter sido atribuída qualquer habitação. Tinha também, nessa altura, vaticinado que as mesmas iriam ser entregues próximo das eleições

autárquicas. Assim aconteceu. As casas foram entregues no Verão que antecedeu o referido acto eleitoral de 2005. Naquela altura, corria, entre os moradores, um rumor de que para o PER de Ardegães viam famílias residentes noutras partes do concelho, nomeadamente do Bairro do Sobreiro. A resposta que então tinha sido dada pelo Senhor Presidente da Câmara, fora um simples não, desmentindo e acusando o PS de mentir. Na realidade, o PS não mentira, uma vez que no PER de Ardegães residiam famílias oriundas do Bairro do Sobreiro e da freguesia de Nogueira. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** considerou a publicação da Revista da Assembleia Municipal "Sentir a Maia", uma iniciativa saudável e útil. Porém, atendendo às características do órgão político, Assembleia Municipal, deveriam ser tomadas todas as medidas cautelares na sua produção. Esta cautela não se tinha verificado na edição do último número da Revista, publicado no início do corrente mês, e era a razão de fazer um reparo e apresentar um protesto. O reparo era devido ao facto da sua temática ser sobre o 25 de Abril, o que implicava a sua publicação nesta data e não dois meses mais tarde; o protesto, e para si mais importante, era o facto de, numa publicação deste teor, os Senhores Deputados terem sido identificados nos Partidos errados. Esta falha era indesculpável e imperdoável, e, se a Assembleia Municipal desejasse continuar com a publicação da Revista "Sentir a Maia", deveria ter um cuidado editorial redobrado. Esta era a razão do seu público protesto, uma vez que o bom nome dos Senhores Deputados Municipais tinha sido posto em causa. -----

**MANUEL JOSÉ DA SILVA CORREIA** fez uma intervenção sobre a prioridade a dar ao prolongamento, a partir do Hospital de São João, da Linha Amarela do Metro – 2.ª linha da Maia – que há-de servir as freguesias de Pedrouços, Águas Santas, Milheirós e Gueifães e entroncar na Maia (estação do Parque) na Linha Verde, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 14**. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA**, em nome da Bancada do



17-12  
82

Coligação "Primeiro as Pessoas", apresentou e leu uma Moção de Solidariedade ao Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde, Joaquim de Oliveira e Costa, gravemente ferido num acidente doméstico, cujo teor faz parte integrante da acta como **documento 15**. O Partido Socialista tinha apresentado um documento de cariz similar. Sugeriu a junção dos dois documentos num só para poder ser aprovado pela maioria dos Senhores Deputados. Louvou a Mesa da Assembleia pela edição do último número da Revista da Assembleia Municipal "Sentir a Maia", uma iniciativa e uma promessa eleitoral da Coligação "Primeiro as Pessoas". Manifestou a sua satisfação por verificar que o Partido Socialista partilhava da mesma opinião. Sublinhou que a Mesa da Assembleia Municipal tinha dado a oportunidades a todos os Líderes Parlamentares de construírem em conjunto a Revista. Em reunião de Líderes tinha sido definido, em primeira instância, a sua temática, bem como a elaboração de um artigo para ser inserido na edição. Louvou a Mesa pela forma como tinha sabido enquadrar a temática, - O 25 de Abril - e pela forma como apresentou os novos Membros da Assembleia Municipal. Referiu compreender as preocupações do Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes, porém, também lamentava o erro, mas se o Senhor Deputado protestava pelo facto de figurar na Revista como elemento da Coligação "Primeiro as Pessoas", também lhe assistia igual direito de protestar, pela mesma razão. Porém, e acima de tudo, a atitude mais séria que o Senhor Deputado deveria ter tomado, era a que ele próprio havia tomado, e que passara por antes da revista ter sido enviada para impressão, ter-se abeirado dos responsáveis pela sua realização e ter verificado se havia algum lapso, pois os Membros da Mesa eram tão profissionais, na elaboração de uma revista, como todos os Membros da Assembleia. Esta seria a melhor atitude que deveria ter tomado para prevenir estes pequenos incidentes e dar-lhes o devido valor, apesar do transtorno que lhe havia causado. Considerou, ainda, mais fundamental que a ameaça de tomar atitudes mais sérias, seria a sua disponibilidade para colaborar de forma a evitar que um pequeno lapso,

como o verificado, que, na sua opinião, não beliscava minimamente a nobreza e a qualidade da iniciativa. Antes de terminar, disse que iria fazer um reparo à intervenção do Senhor Deputado do PS, Marco José Duarte Martins, por ter manifestado a sua congratulação com a aprovação na última reunião do Executivo Municipal, e consecutiva criação, do Conselho Municipal de Juventude, e que tinha dito serem uma das propostas do programa eleitoral socialista. Estava contente com a sua intervenção e de acordo com a congratulação. Porém, no seu entendimento, a sua intervenção tinha sido extemporânea, pois, deveria ser feita quando o documento viesse à Assembleia Municipal para homologação, uma vez que era da sua competência a aprovação de todos os regulamentos. O reparo, que desejava fazer, era para lembrar que o Conselho Municipal de Educação não iria ser criado, mas sim reactivado, pois já existia há mais de dez anos. Referiu o seu contentamento por verificar que a Juventude Socialista estava imbuida em partilhar no espírito e no pensamento o ideário da Juventude Social Democrata. Essa partilha também passava pela presença e participação da Juventude Socialista na Comissão do Conselho Municipal de Juventude, pois, na anterior Comissão, a participação da Juventude Socialista tinha sido de um completo e sistemático absentismo. ----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** pediu a palavra para usar o direito de resposta. Estava longe de imaginar que iria ter de usar a figura regimental do Direito de Resposta. Porém, a intervenção do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, a tal o havia obrigado. Este Senhor Deputado não tinha percebido que tinha sido contido no seu protesto. A sua contenção fora propositada, pois compreendia a possibilidade de haver enganos. A postura do Senhor Deputado deveria ter sido a de ter ficado calado, e, porque não ficou, a sua atitude tinha sido deselegante, por não ter entendido a importância de um Deputado ter sido mal assinalado no partido a que pertencia, o que poderia advir desse engano e o que poderia significar para a sua figura pública. Mas, e ainda mais grave, fora o facto desse engano o ter colocado no partido que estava no poder. Considerou muito desagradável



este erro, pois a mudar de partido, o PSD seria a sua última escolha. Reiterou a sua contenção no protesto, pois não desejava ter de afirmar que o que mais o preocupava era que esta Assembleia Municipal começava a estragar tudo aquilo em que tocava, tal como outras iniciativas da Autarquia, com muito importância, úteis e com interesse municipal, mas, quando os actuais responsáveis municipais lhes tocavam ou se manifestavam sobre elas, as mesmas eram liquidadas, desapareciam ou eram transferidas para outros Municípios. Sobre a sua disponibilidade para colaborar na produção da Revista, disse que estaria sempre disponível, desde que para tal fosse solicitado. A finalizar, disse que os erros poderiam acontecer, porém era de péssimo gosto a lógica de não haver responsáveis pelos erros cometidos. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** pediu a palavra para usar o Direito de Resposta. Acusou o Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes de não ter sido contido, pois, se o desejasse ser, a única atitude que deveria ter tomado era a de ter ficado calado, uma vez que já tinha apresentado o seu protesto na última Reunião de Líderes. Ao apresentar o mesmo protesto na Assembleia Municipal, tinha tomado uma atitude, que poderia ser tudo, menos a de ser contido. Sobre a produção da Revista da Assembleia Municipal "Sentir a Maia", disse que mais importante que protestar, era trabalhar. A finalizar, disse que não necessitava dos conselhos do Senhor Deputado, da mesma forma que este Senhor Deputado não necessitava dos seus. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, LUCIANO DA SILVA GOMES**, lamentou o que estava a acontecer na presente Sessão da Assembleia Municipal, pois o que estava a acontecer era uma tentativa de denegrir um trabalho, a Revista "Sentir a Maia", e fazer uma tempestade num copo de água, por causa da cor de uma barra. Assumiu-se como único responsável pela edição da revista. Lembrou que a identificação do Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes estava perfeitamente definida na parte reservada à Composição da Assembleia, o que desfazia as dúvidas. Lamentou o que tinha ouvido na presente Sessão, depois de ter

recebido dezenas de ofícios de Presidentes de Câmara Municipais a elogiarem a Revista e o trabalho nela desenvolvido. Lamentou que Membros da Assembleia Municipal criticassem um trabalho do qual se deveriam orgulhar, pois, esta Assembleia Municipal era a única que editava uma revista. Lamentou o lapso, e, deste facto apresentou as suas desculpas ao Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes. Considerou o último número da Revista, o melhor de todos. À Câmara Municipal agradeceu toda a colaboração dispensada. Manifestou o seu orgulho de ser Presidente de uma Assembleia Municipal que era pioneira na edição de uma publicação, com a qualidade da "Sentir a Maia" e neste seu orgulho incluía todos os Maiatos que com ele partilhavam igual sentimento. A finalizar, reiterou o pedido de desculpas ao Senhor Deputado, sem no entanto deixar de referir, que só não cometia erros quem nada fazia e os Maiatos sabê-lo-iam compreender. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO,** associou-se à solidariedade manifestada em relação ao estado de saúde do Senhor Deputado Joaquim Oliveira Costa. Respondeu aos pedidos de informação e de esclarecimento apresentados pelos Senhores Deputados. Ao Senhor Deputado Marco José Duarte Martins, informou que na presente Sessão não falaria sobre o Conselho Municipal de Juventude, mas quando o seu Regulamento viesse à Assembleia para aprovação. O projecto da Quinta da Caverneira não tinha sofrido qualquer alteração. Ao Senhor Deputado, Francisco Amorim dos Santos Baptista, disse que estava de acordo com a segurança das crianças que frequentavam o Parque Infantil do Parque dos Maninhos, com os canideos que, além de colocarem em perigos as crianças e os moradores, também conspurcavam com os seus dejectos no mesmo local, e ainda, com os maus cheiros que se sentiam junto a uma linha de água. Os canideos era um assunto que já estava a ser tratado, uma situação de difícil solução pois, se de um lado estava a segurança e tranquilidade dos moradores, um direito fundamental, do outro lado, estavam os defensores dos animais, que os recolhiam em suas casas nas piores condições e que

incomodavam todos os vizinhos. Considerou de real o perigo que as crianças corriam com a falta de um muro protector junto ao Parque Infantil. Os maus cheiros eram originados de uma linha de água aí existente, para a qual moradores canalizavam esgotos. Ao Senhor Deputado Júlio Manuel Martins Gomes, disse que o subsídio de turno não tinha sido processado devido a um Despacho da Direcção-Geral da Administração Pública que recomendava o seu não processamento no subsídio de férias e 13.º mês. O Departamento de Recursos Humanos assim tinha procedido. Se este procedimento estivesse ferido de legalidade, a situação seria reposta imediatamente. O PER das Quinta das Flores, um empreendimento que considerou “belíssimo” e uma espécie de condomínio fechado, no qual a energia eléctrica que alimentava a luz pública estava ligada a um contador do condomínio, porque o local era um espaço privado, não público. Iria tentar resolver este assunto que não lhe parecia de difícil solução. Sobre a falta de estacionamento gratuito para os utentes da Metro, disse que a única estação que não o tinha era a do Fórum, localizada no centro da cidade. Para colmatar esta falta, estava a ser estudada a possibilidade de ser alugado à Empresa Metro do Porto um dos pisos do Parque Central e junto à Rua do Viso iria ser criado um jardim e um parque de estacionamento gratuito. Para o Bairro do Sobreiro existia, e estava em curso, um processo de renovação e requalificação urbanística, pelo que se tornava difícil investir no arranjo de um bloco que mais tarde iria ser demolido. O Parque de Jogos aí existente tinha sido construído com o apoio do Programa de Luta Contra a Pobreza, que inicialmente tinha sido bem gerido pela Santa Casa da Misericórdia da Maia e mais tarde pelo Pelouro de Desporto. O local foi sistematicamente vandalizado e deixou de funcionar por ter sido destruído. Esperava colocá-lo a curto prazo ao serviço da comunidade local, mas para isso, era necessário que os seus gestores iniciais o aceitassem. Sobre a sede da Associação, por não saber pormenores, disse que iria tentar sabê-los, para o poder informar mais tarde. O Tribunal da Comarca, e no Concelho da Maia, tudo o que era serviço público, estavam instalados em edifícios municipais, excepto as Escolas do Ensino

Secundário. O Tribunal de Trabalho iria ser reinstalado, e quando isso viesse a acontecer, iria ser assinada uma escritura de cedência e construção do espaço reservado ao novo Palácio da Justiça. Sobre os Centros de Saúde no Concelho da Maia, informou que estava adjudicada a empreitada de construção de um novo Centro de Saúde na Rua de Angola, na freguesia de Pedrouços, num imóvel e num terreno adquirido pela Câmara Municipal da Maia e doado por um período de 30 anos à ARS Norte. Sobre o CS da Maia, disse existir um pré-acordo de aluguer de um edifício localizado em frente à Escola Secundária da Maia, para aí serem instalados o Centro e a Delegação de Saúde da Maia. A Câmara sempre ajudara, e continuava a ajudar, e muito, o Ministério da Saúde e a ARS Norte. Sobre o Ensino, a nível das escolas do 1.º ciclo, nada iria dizer, pois, abordá-lo-ia mais tarde, uma vez que este assunto fazia parte da Ordem do Dia no ponto reservado à Carta Educativa do Concelho da Maia. Ao Senhor Deputado Floriano de Pinho Gonçalves, sobre a falta de segurança na freguesia de Vila Nova da Telha, disse que havia um local, disponibilizado pela Câmara Municipal, para ser instalada uma unidade da GNR ou da PSP na Vila de Moreira e que havia, por parte do Governo, uma total indefinição e sistemático adiamento na resolução deste assunto. Lamentou este comportamento do Governo Central, pois, a zona Oeste do Concelho necessitava de forma premente de uma Esquadra da PSP ou de um Quartel da GNR, e desta necessidade, por diversas vezes, a Câmara Municipal havia dado conhecimento ao Ministério da tutela. O prazo (385 dias) de realização das prometidas obras da Metro nas freguesias da Vila de Moreira e de Vila Nova da Telha, era contado a partir da data do ofício de compromisso que a Metro remetera à Câmara Municipal da Maia. Já tinha dado este esclarecimento em resposta a um ofício que lhe tinha sido remetido pela Junta de Freguesia da Vila de Moreira. À Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha dava agora este esclarecimento, por não ter formulado anteriormente. Ao Senhor Deputado Vitor Miguel Silva disse que não se recordava do compromisso com ele assumido, quando era o Presidente da Assembleia de Freguesia de

7-1  
a

Águas Santas. Por esta razão, pediu que lhe fornecesse os elementos disponíveis para poder analisar e responder à questão por ele apresentada e relacionada com a concessão de habitação social a dois agregados familiares em Águas Santas. Acrescentou que volvidos que foram todos estes anos, se a estes agregados familiares ainda não tinha sido atribuída qualquer habitação, alguma razão objectiva deveria ter acontecido. Confirmou que no PER de Ardegães tinham sido alojadas famílias residentes no Bairro do Sobreiro, que por serem naturais da freguesia de Águas Santas, tinha-lhes sido concedida o desejo de retornarem à sua freguesia de naturalidade. Ao Senhor Deputado Manuel José da Silva Correia disse que não havia qualquer entidade, além da Câmara Municipal, que estivesse a fazer mais esforços e a fazer tudo o que sabia e podia no sentido de conseguir o prolongamento da Linha Amarela do Metro até ao centro da Maia e incluído na 2.ª fase do projecto. Este prolongamento passaria a ser o de maior procura, logo o mais rentável, no Concelho da Maia, uma vez que passaria a atravessar a zona mais populosa do nosso Concelho. Um estudo de procura realizado para o efeito, tinha concluído o mesmo. Esta realidade era uma boa notícia, pois, a premissa, procura, era de importância nuclear num projecto de financiamento. O facto de ser o mais rentável na Maia, não significava ser o primeiro a avançar, uma vez que a Linha de Gondomar, apesar de não ter sido incluída na 2.ª fase, era a que no estudo realizado, maior procura passaria a ter. Pediu aos Autarcas das freguesias atravessadas pela Linha Amarela, que com a Câmara Municipal diligenciassem e se esforçassem em termos políticos e de cidadania, no objectivo de ser consubstanciada e consolidada o prolongamento da linha Amarela, desde o Hospital de São João até à Estação Parque, ao centro da Maia. Sobre este assunto, informou que a Câmara da Maia tinha apresentada, há cerca de um ano, à Empresa Metro uma proposta de ligação da Linha Amarela desde o centro da Maia, Estação Parque até à Estação dos Verdes, para permitir que os moradores da zona Oeste da Maia, que desejassem deslocar-se até ao centro da cidade, não tivessem de ir à Senhora da Hora, no concelho de Matosinhos. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, LUCIANO DA SILVA GOMES**, perguntou se os Senhores Deputados estavam de acordo com a proposta apresentada pelo Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva que tinha sugerido a junção numa única das Moções de Solidariedade ao Senhor Deputado Joaquim de Oliveira Costa, apresentadas pelo PS e pela Coligação "Primeiro as Pessoas", competindo à Mesa a sua redacção. -----

----- A proposta foi aceite por todos os presentes. -----

----- Apresentada para admissão a Moção de Solidariedade conjunta, elaborada pela Mesa da Assembleia, que faz parte integrante da acta como **documento 16**, foi admitida por **unanimidade**. -----

----- Posta à votação foi aprovada por unanimidade. -----

**2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ARTIGO 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Múncipes: -----

**JOAQUIM ARMINDO PINTO DE ALMEIDA**, residente na Rua 1, número 270, Urbanização do Lidador, em Vila Nova da Telha. Por ainda não ter obtido resposta, reiterou o pedido de informação por ele formulado na última Sessão da Assembleia Municipal, realizada a 28 de Abril de 2006, sobre a data de realização da prometida reunião com a população de Vila Nova da Telha e da Vila de Moreira, relacionada com o incumprimento das obras da Empresa do Metro do Porto naquela área do Concelho. A ficha de inscrição faz parte integrante da acta como **documento 17**. -----

**SANDRA RIBEIRO FERNANDES**, residente na Rua Vitorino Nemésio, n.º 290, R/C, D, na freguesia de Vermoim. Solicitou informação sobre a resolução do estrangulamento de uma linha de água que atravessava a Rua de S. Romão e que nos dias de forte pluviosidade provocava inundações no prédio onde residia. A ficha de inscrição e fotocópias de documentos



que sobre o assunto entregou à Mesa, fazem parte integrante da acta como **documento 18.** ---

**3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**3. 1. RENÚNCIA DO SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MARTINS CARVALHO, SUA SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ARTIGO 8.º E 11.º DO REGIMENTO:** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu o pedido de renúncia do Senhor Deputado do Partido Socialista, António Martins Carvalho. Perguntou se algum dos Senhores Deputados presentes queria usar da palavra. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, LUCIANO DA SILVA GOMES, chamou o cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista de candidatura do Partido Socialista, o Senhor Arídio dos Anjos Teixeira, que empossou como Deputado da Assembleia Municipal, tendo prescindido da sua identificação, por já ter sido feita numa Sessão anterior. -----

**3. 2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 3 E 4 DE 2006.** -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Postas à votação foram aprovadas por maioria com a abstenção do Senhor Deputado Joaquim Soares da Silva. -----

**3. 3. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, (ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO]** -----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado: -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 19.** -----

**3. 4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RESOLUÇÃO POLÍTICA APROVADA NA XXIII ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA, QUE INCLUI A "CARTA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DAS**

### MULHERES E HOMENS NA VIDA LOCAL".

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria**, com duas abstenções dos Senhores Deputados do Bloco de Esquerda e dois votos contra dos Senhores Deputados da CDU. -----

### 3. 5. CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA MAIA

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

**JÚLIO MANUEL MARTINS GOMES** fez um comentário prévio relativo às razões que teriam estado na origem do adiamento deste ponto da Sessão de 28 de Abril último. Possivelmente pensar-se-ia que o motivo nada teria de anormal, pois, poderia ter sido a vontade do ponto ser enriquecido com documentação suplementar. A CDU não pensava desta forma, pois considerava anormal e preocupante esta atitude por parte do Executivo, na pessoa do seu Presidente, por ter recusado justificar, ética e democraticamente, da razão que lhe tinha assistido para pedir o adiamento do ponto na 2.ª Reunião da anterior Sessão, realizada no pretérito dia 3 de Maio. A documentação necessária para a discussão da Carta Educativa, estaria, supostamente, incompleta e não detectável pela Mesa, quando o seu Presidente a colocou à discussão. Se o tivesse sido, teria sido retirada mais cedo, o que não aconteceu. Chamou a atenção para o facto do Parecer do Conselho Municipal de Educação ser datado de 8 de Junho, muito posterior à data da Sessão da Assembleia Municipal, onde a mesma foi retirada da Ordem do Dia. O contrário seria normal. Recordou que na Sessão de 22 de Fevereiro último, a CDU havia protagonizado uma viva discussão com a Bancada da Maioria, pelo simples facto de ter afirmado que a Carta Educativa havia sido aprovada por unanimidade, pelo Conselho Municipal de Educação. Assumiu que, então, tinha tomada uma atitude que hoje considerou incorrecta, pois, ao fazê-la, baseara-se numa informação falsa, da responsabilidade da jornalista autora da notícia. Deu razão ao Senhor Deputado Joaquim Manuel Marques Gonçalves quando, em resposta à sua intervenção, havia afirmado que a Carta Educativa nem

27-2

sequer tinha sido colocada à votação. Porém, ninguém havia constatado que a Carta Educativa, quando foi enviado à Assembleia Municipal, deveria vir acompanhada do necessário Parecer do Conselho Municipal de Educação. De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 20**. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 21**. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** lamentou a ausência do Senhor Vereador do Pelouro da Educação, numa Sessão da Assembleia Municipal onde se iria discutir um documento que, pela sua importância, merecia a sua presença. De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 22**. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** lembrou ao Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes que o Senhor Vereador do Pelouro da Educação não tinha a obrigação de estar presente na Sessão, pois, nos termos da Lei, quem deveria estar presente na Assembleia Municipal, em representação da Câmara Municipal, era o seu Presidente e na sua ausência ou impedimento o seu Vice-presidente ou o Vereador que ele entendesse nomear para o substituir.

**MÁRIO MOREIRA DUARTE** em resposta aos comentários sobre a seriedade e a deselegância proferidos pelo Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes, respondeu que não brincava com coisas sérias e jamais tinha sido deselegante com qualquer cidadão, apesar de alguns o merecerem, nomeadamente o Senhor Deputado, quando o havia acusado de ser um ignorante. Lembrou-lhe uma frase de Philip Chesterfield: "O espírito mesquinho é como um microscópio, aumenta as pequenas coisas, mas impede de ver as grandes". De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 23**. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, LUCIANO DA SILVA GOMES**, esclareceu que a Carta Educativa não tinha sido feita pela Câmara Municipal, mas pelo Conselho Municipal de Educação, no qual a Câmara tinha assento. A responsabilidade de elaboração do documento

era da Comissão e não em exclusivo da Câmara Municipal. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO,**

afirmou não ser um especialista no assunto como o era o Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes e gostaria que o fosse. O documento em análise, era apenas a Carta Educativa do Concelho da Maia e não um Tratado sobre Política do Sistema Educativo. A DREN em reuniões, realizadas há alguns meses, com a Câmara Municipal, tinha decidido construir uma Escola 3S em Vermoim, num terreno que seria oferecido ao Estado pela Autarquia, uma prática que considerou lamentável por parte do Governo, que em vez de apoiar as Autarquias, são estas que têm de oferecer os seus terrenos ao Estado, com a ameaça de que se não houver o terreno, não vai ser construída a escola. Este procedimento verificava-se com todos os Governos. A construção de uma escola de raiz, não tinha sido apenas uma simples decisão, mas um processo que envolvera muitos documentos, muitas assinaturas, muitas com o selo branco, muitas reuniões com responsáveis da DREN e do Ministério da Educação. Alguns meses mais tarde, as mesmas entidades e os mesmos responsáveis tinham mudado de opinião, e o que era para ser já não o era. O Ministério da Educação tinha mudado de ideias e em vez de construir escolas, tinha optado por ampliar as anteriores com a construção de pavilhões. As escolas do Concelho da Maia contempladas com novos pavilhões seriam a EB2/3 da Maia, a Secundária de Águas Santas e a Escola EB2/3 de Pedrouços. Considerou esta decisão como uma solução errada, por ser compacta e massificante, uma vez que a construção dos pavilhões iria ocupar os espaços verdes e os recreios dos alunos, em vez de construirem novas escolas com melhores condições, nomeadamente modernidade, maiores espaços verdes, de lazer, de estacionamento e um melhor ambiente e qualidade de vida. Disse ter ficado desapontado com a intervenção do Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes, uma vez que esperava dele uma intervenção mais profunda, que versasse o sistema educativo e as políticas da educação. Na realidade, a sua

12

intervenção assemelhara-se à de um Vereador Virtual do Pelouro da Educação. A Carta Educativa era um documento no qual era feito um diagnóstico e as propostas de uma terapia para o ordenamento da rede educativa escolar do Concelho, com um planeamento, mas sem prioridades, uma vez que estas iram ser inseridas nos Planos Plurianuais de Investimento do Município e submetidos à homologação pela Assembleia Municipal. Lamentou os comentários do Senhor Deputado, que só eram desculpáveis pelo facto de não conhecer a realidade escolar e educativa do Concelho onde residia, presumivelmente há poucos anos. Pediu-lhe que, antes de falar daquilo que não conhecia, deveria procurar inteirar-se da verdade, nomeadamente a qualidade do parque escolar e compará-lo com os dos demais Municípios do nosso país. Além da qualidade do parque escolar, a Câmara oferecia aos seus alunos, há mais de seis anos, refeições tendencialmente gratuitas, transportes igualmente gratuitos, aulas de Educação Física, que o actual Governo pretendia proibir, aulas de iniciação à Língua Inglesa, à Educação Musical, à Informática e de Educação e Sensibilização Ambiental. Perguntou ao Senhor Deputado se conhecia, no país, alguma Escola de Educação Ambiental. Não deveria conhecer, pois a única existente no país estava localizada na Maia, na Quinta da Gruta, que o Senhor Deputado não conhecia, pois nunca a tinha visitado. Convidou-o a fazer-lhe uma visita. Este era apenas uma parte do investimento da Câmara na Educação, e esta era uma das realidades do nosso Concelho, que o Senhor Deputado desconhecia e deveria ter procurado conhecer. Se tivesse tido o cuidado de o fazer, constataria, sem quaisquer dúvidas, que o nosso Concelho tinha um estatuto de grande nível, altamente gratificante e louvável. Na última década, a Maia, com 27,6%, tinha sido o Concelho com maior crescimento urbano na Grande Área Metropolitana do Porto, e no segundo lugar, aparecia o Concelho de Vila Nova de Gaia, com cerca de metade deste valor. Para fundamentar estes valores e para que tudo isto pudesse ter acontecido, deveria haver alguma razão. A qualidade de vida que a Maia oferecia era, sem dúvida, a razão maior da forte capacidade de atracção das pessoas ao nosso Concelho, que

provocou tão elevado crescimento urbano. O Senhor Deputado deveria fazer parte dos 27,6% que tinha sido atraído pela qualidade de vida que o Concelho da Maia oferecia, razão para compreender o seu desconhecimento da realidade do nosso Concelho. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria**, sem votos contra, 16 abstenções dos Senhores Deputados do PS, da CDU e do BE e 26 votos favoráveis da Coligação “Primeiro as Pessoas” e do Senhor Deputado Independente, Floriano de Pinho Gonçalves. ----

**JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES** pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto. Declarou que tendo em consideração a importância da Carta Educativa do Concelho da Maia para o futuro do nosso Concelho, no que dizia respeito à melhoria das infra-estruturas escolares, o respeito que lhes merecia o excelente trabalho desenvolvido pela grupo multidisciplinar, que constituiu a Comissão do Conselho Municipal de Educação e ainda o seu objectivo de tornar o Ensino Público menos discriminatório, a Coligação “Primeiro as Pessoas” tinha votado a favor o documento apresentado para homologação. -----

**3. 6. REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO: RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA RELATIVA AOS EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO, DESIGNADAMENTE AO NÍVEL DA RENEGOCIAÇÃO DAS TAXAS DE JURO E DE SPREADS, DA UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FINANCEIROS PARA A COBERTURA DO RISCO DAS TAXAS DE JURO, E AINDA, E SE NECESSÁRIO, DA SUBSTITUIÇÃO DE EMPRÉSTIMOS** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

**ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA** leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 24. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 25. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** disse que seria breve, para não correr o



8  
17-1

risco de voltar a merecer a atenção da Maioria, uma vez, que aquilo que dela ouvira, era merecedor ser discutido e, quiçá, ser objecto de um tratado elaborado por um constitucionalista, nomeadamente o argumento de não sendo natural do Concelho da Maia, poder significar a retirada de cidadania Maiata aos seus cidadãos não naturais. De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 26**. -----

**JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES** disse que a proposta apresentada era um pedido da Câmara à Assembleia Municipal para poder negociar com a Banca a renegociação dos empréstimos. As afirmações do Senhor Deputado eram de quem não gostava da Maia, pois, negociar uma melhoria de condições de um financiamento, era um dever de todos, entidades públicas, privadas ou individuais, e o Senhor Deputado desejava o contrário. A sua vontade era de que a Câmara Municipal deveria continuar a pagar mais elevados encargos financeiros, quando tinha a possibilidade de os aligeirar e de diminuir a dívida e a gestão do seu passivo. A intervenção deste Senhor Deputado era de um Maiato que não gostava da sua terra. Considerou a Proposta de Reestruturação do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo: Renegociação da Dívida Relativa aos Empréstimos a Médio e Longo Prazo, designadamente ao Nível da Renegociação das Taxas de Juro e de Spreads, da Utilização de Produtos Financeiros para a Cobertura do Risco das Taxas de Juro, e ainda, e se necessário, da substituição de Empréstimos, uma proposta correcta, corajosa, que visava aliviar o peso do serviço da dívida e uma prova de boa gestão por parte do Executivo. A concluir, informou que a Coligação iria votar a favor o documento apresentado. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** pediu a palavra para usar o direito de resposta. Lamentou que os Senhores Deputados da Maioria, nas intervenções anteriores, não tivessem respondido às questões por ele colocadas. Sobre os comentários a seu respeito, não lhes dera a devida importância, não sendo merecedores de qualquer resposta, pois tinha-os considerado, simplesmente, divertidos. Protestou por considerar que o Senhor Deputado

Joaquim Manuel Marques Gonçalves tinha excedido, um pouco, os limites da diversão. Acusá-lo de não gostar da Maia, era uma afirmação grave e que jamais a utilizaria contra qualquer Membro da Assembleia. A sua candidatura à Assembleia Municipal da Maia era devida ao facto do gostar do Concelho onde residia. Não só gostava da Maia, mas também gostava da democracia, e em nada ficaria incomodado com o debate de ideias divergentes, sendo que as suas eram apresentadas por considerar serem melhores soluções para o Concelho da Maia, que as que lhe eram propostas pela Maioria. A finalizar, desafiou o actual Executivo elaborar e lançar o: “PS 2009 – Plano de Salvação das Finanças Públicas, no horizonte de 2009, pois quero, exactamente, a saúde financeira da Câmara Municipal da Maia”. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO,** esclareceu que a Proposta em análise visava gerir bem, e o melhor possível, os recursos públicos do Município. Caso a Assembleia Municipal homologasse o pedido de reestruturação da dívida, a Câmara Municipal poderia economizar um valor aproximado de dois milhões de euros. Este valor deveria ser considerado tendo em conta as taxas Euribor, taxas de referência e a crise económica do país e mundial, agravadas pelo constante aumento do preço do petróleo. Tornava-se necessário, nestas circunstâncias, haver lucidez e saber agir com a devida atenção, com o sentido de oportunidade e saber aproveitá-la. A proposta apresentada era muito favorável para o Município e era uma acção de boa gestão. Por esta razão, esperava o voto favorável de toda a Assembleia. Rejeitou o desafio do Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes sobre o “PS 2009”. O Executivo não queria encharcar a Assembleia com planos de salvação, mas com planos de acção bem alicerçados, bem estruturados, bem fundamentados em medidas programadas e não avulsas e casuísticas, que obedeciam a uma estratégia bem pensada e consertada. “Eu não lhe chamava de PS, obviamente, porque considero essa ala política uma ala, em contraponto com a Maioria Conservadora, uma Minoria Passadista. Mostrem, Senhores Deputados, pelo discurso político e pela acção do voto que

estão irmanados com o Executivo Municipal. Se houver alguém que apresente uma proposta melhor que esta, que vote contra. Senhor Deputado Luís Rothes: se gosta da Maia, tem de votar a favor. Se votar contra ou se se abster, é porque não gosta da Maia. O Senhor Deputado Luís Rothes escolheu a Maia para viver. Muito bem. Eu fico muito feliz com isso". -

**VÍTOR MIGUEL DA SILVA** pediu a palavra para solicitar um esclarecimento. Perguntou se o ponto em análise era apenas um pedido do Executivo para fazer uma consulta à Banca, devendo o contrato de renegociação ser presente numa próxima Sessão da Assembleia Municipal para homologação. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO,** respondeu que o Executivo pedia autorização para consulta e mais tarde enviaria à Assembleia o contrato para autorização. Aproveitou para informar o Senhor Deputado Adélio André Pastor Grazina que, no último ano, o serviço da dívida tinha diminuído cerca de 5 milhões de euros. -----

----- Posto o ponto à votação **foi aprovado por maioria** com 26 votos favoráveis dos Senhores Deputados da Coligação "Primeiro as Pessoas" e do Senhor Deputado Independente Floriano Pinho Gonçalves; 14 abstenções dos Senhores deputados do PS e do BE e 2 votos contra dos Senhores Deputados da CDU. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto. Declarou que o Bloco de Esquerda se abstivera porque, apesar de ter solicitado uma auditoria às contas do Município e atendendo às actuais circunstâncias de conjuntura económica, ficavam à espera dos resultados da negociação da Câmara com a Banca. -----

----- **3. 7. ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 8.º E 9.º DO REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS E DO N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS.** -----

Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação **foi aprovado por unanimidade** -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo uma hora e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e nove do mês de Junho do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes e Sousa; pelo 1.º Secretário, Domingos de Jesus e Sousa e pelo 2.ª Secretária, Maria da Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia. -----


O Presidente:



O 1.º Secretário:



O 2.º Secretário:



DOC. 1

José António Andrade Ferreira  
Rua Manuel Augusto da Costa Maia, 58  
4470 - 784 Vila Nova da Telha

Associação Municipal da  
Maia  
Entrada n.º 93  
Em 30/05/06

2  
7h

Suspensão  
Caeiro que - x - prova  
que se refere ao lito  
casamento 15.11 com  
cultura 2000mlago  
Car, do P.S.  
30/5/06

Exmo. Senhor Luciano da Silva Gomes  
Distinto Presidente Assembleia Municipal da Maia  
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho  
4470 - 202 Maia

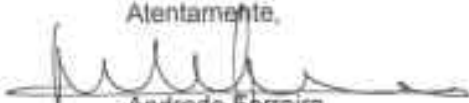
Data: 2006-05-28

Assunto: **Pedido de suspensão de Mandato**

**Exmo. Senhor Luciano da Silva Gomes:**

Por razões pessoais e profissionais encontro-me impedido de num futuro próximo poder continuar a participar na Assembleia Municipal da Maia no lugar para que fui eleito.  
Assim, nos termos do Artº 9º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, venho apresentar pedido de suspensão de mandato por um período de seis meses.

Com os meus respeitosos cumprimentos, sou a subscrever-me.

De V. Ex.ª  
Atentamente,  
  
Andrade Ferreira

Doc. 2

## Assembleia Municipal da Maia

**De:** Emilia Souto [emilia.souto@duboisdelaroche.pt]  
**Enviado:** quinta-feira, 8 de Junho de 2006 0:57  
**Para:** assembleia@cm-maia.pt  
**Assunto:** RE: Prolongamento da Suspensão de mandato  
**Importância:** Alta

**Para:** Assembleia Municipal da Maia  
**Attn:** Exmº Srº Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Srº Luciano Gomes

**Assunto:** Prolongamento da suspensão de mandato

Exmº Senhor,

No seguimento do assunto em epígrafe e de acordo com o estipulado no regimento da *Assembleia Municipal da Maia*, venho por este meio informar V.Exª que por motivos de ordem pessoal (assistência à família), irei prolongar a suspensão do meu mandato como deputada no órgão autárquico a que V.Exª preside, por um período de 4 (quatro) meses.

Fico, desde já, à sua inteira disposição para qualquer informação adicional que julgue necessária.

Melhores cumprimentos.

Emília Souto

Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada n.º 97

Em 08/06/06

Refunde-se em  
1ª - Reunião de 15.06.06  
2ª - Confirmação e  
3ª - Envio para o Dep.º  
8/6/06

h  
z  
Ph



Do. 3

*Consequente  
o seguinte  
a seguir*  
Elísio Cabral de Oliveira  
Rua dos Campos Verdes, 168 - Moreira  
4470 - 579 Maia  
*18/06/06*  
*ca/06/06*

Assessoria Municipal da  
Maia

Entenda n.º 305

Em 19 / 06 / 06.

Exmo. Senhor,

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Maia

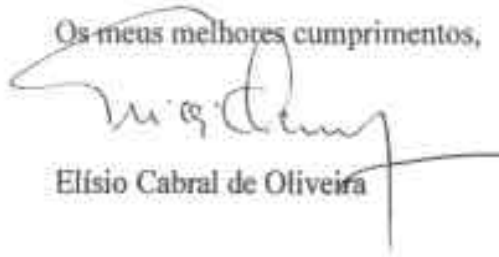
*m*  
*R*  
*7-4*

Exmo. Senhor,

Serve a presente para informar V. Exa. que, por razões de saúde, não me irá ser possível estar na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Certo da sua melhor compreensão, apresento,

Os meus melhores cumprimentos,

  
Elísio Cabral de Oliveira

Maia, 18 de Junho de 2006



# Junta de Freguesia de Gemunde

Concelho da Maia

Luciano da Silva Gomes  
Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia  
Municipal  
Camara Municipal da Maia  
Praça Dr. José Vieira de Carvalho  
4470202 MAIA

Asssembleia Municipal da  
Maia

Entrada n.º 302

Em 16/06/06

Doc. 4  
Gene-se para  
conhecimento  
R. M.  
19/6/06

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência  
OF-136/2006

Data  
16/06/2006

**Assunto: Delegação de Cargo**

Ex.mo Senhor

Como é do conhecimento de V.Ex<sup>a</sup>, o estado de saúde do Ex.mo Presidente desta Junta de Freguesia não permite que o mesmo represente a Freguesia em juízo e fora dele e, designadamente, perante os Órgãos Municipais e outras entidades públicas e privadas.

Por tal facto, a referida representação passa a ser delegada ao Secretário desta Junta de Freguesia, EUGÉNIO JOSÉ VIEIRA TEIXEIRA.

A referida delegação termina no momento em que o Sr. Presidente JOAQUIM OLIVEIRA se encontre em condições de saúde que permitam a retoma da sua actividade, a qual esperamos se faça o mais rapidamente possível.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex<sup>a</sup>. os meus mais respeitosos cumprimentos e protesto da minha mais elevada estima e consideração.

O Secretário

Eugénio José Vieira Teixeira



JUNTA DE FREGUESIA DE SILVA ESCURA  
Município da Maia

Doc. 5

## DECLARAÇÃO

12  
hh

José Torres de Sousa Dias, na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura e em representação da respectiva Autarquia, constitui seu substituto legal - nos termos da alínea c), do artigo 38º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro - o vogal desta Junta o senhor António Armindo da Silva Soares, a fim de o representar na 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no dia 28 de Junho no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho.

Junta de Freguesia de Silva Escura, 28 de Junho de 2006

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA

*José Torres de Sousa Dias*  
(JOSÉ TORRES DE SOUSA DIAS)



# JUNTA DE FREGUESIA DA PENA

Rua do Saco, 1-A • 1150 Lisboa • Tel.: 885 11 95 - 885 22 36 • Fax.: 885 38 20

Asssembleia Municipal da  
Maia

Entrada n.º 307

Em 23/06/06

Asssembleia Municipal da Maia

Praça Dr. José Vieira de Carvalho

4470-202 MAIA

Doc. 6  
Des. conferimento  
a Dr. Dr. Pires  
26/6/06

Lisboa, 20 de Junho de 2006

Ofício n.º 38

Assunto: Agradecimento

Em nome do Executivo e da Assembleia de Freguesia desta Junta, vimos pelo presente agradecer a V. Ex.ªs o voto de pesar que tiveram a amabilidade de manifestar pelo trágico falecimento do então Presidente desta Junta de Freguesia, Dr. Armando Luis Coelho da Silva.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Pel' O Presidente da Junta  
*Barbosa Ribeiro*  
(Joaquim Lopes Ramos)

**MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE**

Considerando a infelicidade que se abateu sobre a pessoa do Ex.<sup>mo</sup> Senhor Joaquim Oliveira Costa, mui digníssimo Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde e, conseqüentemente, membro efectivo desta Assembleia Municipal, o Partido Socialista, ao ter conhecimento desta triste ocorrência, vem por este meio manifestar a sua total solidariedade a si e à sua família, desejando que o seu restabelecimento se faça o mais rápido possível e que em breve retome a sua vida activa para que todos o possamos ver totalmente restabelecido junto de nós.

7-6  
n

Maia, 28 de Junho de 2006

Pelo Grupo do Partido Socialista



Arídio dos Anjos Teixeira

**BLOCO DE ESQUERDA****MAIA**

Handwritten signature or initials, possibly 'P-h'.

Em visita efectuada aos Maninhos, concretamente ao Parque dos Maninhos (Lago), zona que se pretende verde e de lazer.

Junto ao parque infantil no final da zona relvada, o perigo espreita para todas as crianças que frequentam o referido local.

Com efeito, a ausência de um muro com altura de segurança, coloca em risco a vida das crianças por falta protecção no local.

No mesmo local e a céu aberto, corre um esgoto que destila um cheiro nauseabundo e perigoso para a saúde pública, que contrasta com o objectivo de um local que se pretende aprazível de lazer e de convívio.

É portanto muito urgente a tomada de medidas que ponham fim a este estado de coisas, sob pena de não só a Junta de Freguesia como também a C M da Maia serem responsabilizados por qualquer acidente que ali ocorra.

O BE propõe que os responsáveis autárquicos efectuem uma visita ao local, no sentido ser elaborada de imediato uma proposta para resolução do problema.

Chamamos ainda a atenção, para a necessidade urgente de medidas para os problemas causados pelos animais que frequentam local, pois os dejectos ali deixados pelos referidos animais, são uma praga que é necessário e possível erradicar.

Com efeito, as crianças que ali brincam, convivem com a sujidade ali depositada, mas mais grave do que isso, sujeitos a doenças que poderão ser transmitidas por aquela via.

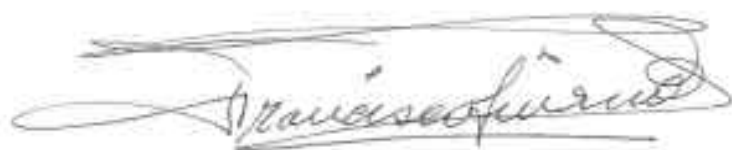


Propomos a colocação de placas com avisos para os donos dos animais e receptáculos para serem depositados os referidos dejectos.

A responsabilidade deverá ser assumida pela Junta de Freguesia de Vermoim e pela CM da Maia. Que deverá estender esta solução a outros espaços de Lazer.

2  
12  
17h

28 de Junho de 2006

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Maria do Carmo", is written over a horizontal line. The signature is stylized with loops and flourishes.

# BLOCO DE ESQUERDA

MAIA



~  
R  
Hh

Na sequência de diversas denúncias efectuadas junto do BE por residentes e pessoas que têm a necessidade de atravessar a estrada nacional 14 junto ao Lar da Santa Casa da Misericórdia da Maia e Lugar da Pinta, para a situação de dificuldade de atravessamento parte dos peões que todos os dias têm a necessidade para chegar às suas residências ou ao para o referido Lar.

O BE vem alertar para uma situação que urge resolver com a máxima urgência.

No local têm ocorrido diversos acidentes, alguns deles lamentavelmente mortais.

Tal situação exige do município a tomada de medidas urgentes de protecção, de modo a que a população que tem a necessidade de utilização daquela via, não tenha de passar por uma aventura, que por vezes tem final dramático.

Assim o BE propõe que a CMMaia <sup>Faca</sup> ~~oeste~~ todos os esforços para a colocação de semáforos, passadeiras ou uma passagem superior que permita salvaguardar a segurança e a integridade físicas de todos os que diariamente têm necessidade efectuar aquele atravessamento.

28 de Junho de 2006


*[Handwritten signature]*

300. 10  
1

Marco Martins  
Grupo Parlamentar do PS  
Assembleia Municipal da Maia

### Intervenção no Período Antes da Ordem do Dia

Sr. Presidente da Assembleia  
Srs. Secretários  
Sr. Presidente da Câmara  
Srs. Vereadores  
Srs. Deputados  
Comunicação Social  
Exmo. Público presente



A minha intervenção neste ponto prende-se com duas situações.

A primeira está relacionada com a aprovação, na última reunião pública do executivo camarário, do Conselho Municipal da Juventude (CMJ). Esta aprovação e consecutiva criação do órgão referido merecem, da parte do Partido Socialista (PS) e da sua estrutura jovem, a Juventude Socialista (JS), reconhecimento e satisfação.

Relembramos que a Criação do CMJ foi uma das propostas constantes nos programas eleitorais socialistas, e a sua criação, na Maia, vem sendo reclamada há já alguns anos, nomeadamente pela JS. Por estes motivos não poderíamos deixar de mostrar a nossa satisfação pela criação do referido órgão consultivo, e pela aproximação, do concelho da Maia, às orientações adoptadas pelo governo no sentido de desenvolver e implementar de forma aberta e participada uma política de juventude.

O CMJ será um órgão consultivo da Câmara Municipal da Maia (CMM), pelo que, e muito bem, o regulamento aprovado propõe que dele façam parte as mais diversas Associações e Colectividades que tenham como principal objecto da sua actividade a juventude. Desta forma, consideramos que ao trazer estas organizações e, directamente, os jovens do concelho a participar na criação de uma política de juventude, estaremos a dar um passo importante para dotar os jovens maiairos de uma política eficaz para as suas necessidades.

A inclusão da estimulação da criação dos CMJ, nas orientações base da política de juventude do governo, teve como consideração, não só as directrizes europeias, que apontam para este modelo de participação cívica, mas também pelas experiências positivas, que um pouco por todo o País, têm proliferado. Contudo, como em tudo, são conhecidos bons e maus exemplos de funcionamento. Alguns dos maus exemplos conhecidos têm como génese a "politização" criada à volta destes órgãos. É por este motivo, que criticamos o modelo de composição apresentado no regulamento aprovado, nomeadamente na indicação de variados elementos pelos mais diversos órgãos políticos. Acreditamos que para um funcionamento simples e com um objectivo claro de corporizar uma efectiva representação da sensibilidade dos jovens junto do poder autárquico não seria necessário uma intervenção tão intensa dos órgãos políticos. Contudo, queremos acreditar que toda esta indicação de elementos não terá

como objectivo a "politização" e controlo do órgão consultivo, pois dessa forma estar-se-ia, à partida, a desvirtuar todo o conceito subjacente à necessidade de criação dos CMJ.

De acrescentar ainda que, do regulamento aprovado, salta à vista a falta da definição dos objectivos. Para nós, parece-nos claramente importante que, estando marcada para a primeira reunião deste órgão a elaboração de um regimento, se reflecta e discuta também, sobre a inclusão dos objectivos no regulamento. A falta de definição de objectivos é causa de vários projectos falhados. É necessário que todos conheçam o caminho a seguir e qual a meta a atingir. E isto só se conhece e consegue estabelecendo objectivos claros. Sendo levado em conta estas sugestões, estamos certos de que estaremos a dotar a juventude maia de um dos instrumentos necessários para uma activa participação e intervenção cívico-social.

O segundo ponto desta intervenção vai no sentido de solicitar um esclarecimento relativo a uma questão.

Há já alguns anos, mais precisamente em 1994, foi apresentado o Projecto de Arranjo Urbanístico do Monte da Caverneira, em Águas Santas. A CMM, na altura da apresentação desse projecto, apontou, e muito bem, essa zona como um espaço a ser preservado, de forma a oferecer à população uma maior qualidade de vida, tendo sido classificada no PDM como "Área Verde Urbana de Protecção ou Parque" e referenciada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia como "Área Florestal com Potencial Paisagístico que interessa requalificar".

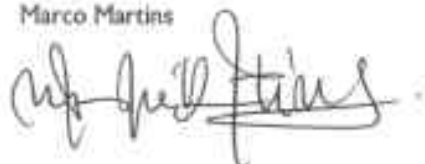
Nesses terrenos existe também uma parte, a qual, supostamente, está destinada a construção, como informa uma placa que publicita a venda de 11.000 m<sup>2</sup> de terreno destinados a 88 apartamentos. A efectivar-se a possível compra desse terreno e a desenvolver-se aí mais um conjunto de habitações, começa a tornar-se premente <sup>o desaparecimento</sup> ~~o desaparecimento~~ de espaços como o projectado para esta zona.

Desta forma, aproveito a oportunidade para questionar a CMM sobre o projecto do parque previsto para essa zona; isto é, se este projecto é, efectivamente, para avançar e se existe alguma previsão para tal; quais os condicionalismos que se têm colocado ao projecto e se, no futuro, se irá manter o projecto tal qual foi idealizado e apresentado ou se este será reavaliado e apresentado um novo, quem sabe menos ambicioso.

Obrigado

Maia – Assembleia Municipal, 28 Jun. 2006

Marco Martins



## 1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INICIAMOS ESTA INTERVENÇÃO INFORMANDO QUE HÁ CERCA DE 1 MÊS A C.D.U. DIRIGIU AO EXECUTIVO CAMARÁRIO ATRAVÉS DESTA A.M., 1 REQUERIMENTO SOLICITANDO INFORMAÇÃO DE MEDIDAS TOMADAS OU A TOMAR RELATIVAMENTE A SITUAÇÕES QUE DE UMA FORMA OU OUTRA PENALIZAM MORADORES DE HABITAÇÕES SOCIAIS NA QUINTA DAS FLORES / OUTEIRO E TAMBÉM COMPLEXO MAIA I.

SALIENTAMOS QUE DE TODAS, ALGUMAS CARECEM DE SOLUÇÃO IMEDIATA POR REPRESENTAREM PERIGOS E ATÉ INSEGURANÇA!

AINDA NÃO RECEBEMOS RESPOSTA!

TAMBÉM QUEBEMOS AGORA E AQUI QUESTIONAR 2 SITUAÇÕES DE ESGOTOS EM PLENA VIA PÚBLICA, UMA AINDA OCORRE NA URBANIZAÇÃO DOS MANINHOS, A OUTRA AINDA HÁ POUCOS DIAS ACONTECIA NAS IMEDIÇÕES DO HIPERMERCADO JUMBO, ONDE RECENTEMENTE OCORRERAM OBRAS COM ALGUM SIGNIFICADO, MAS PELAS VISTOS OS OBJECTIVOS E RESULTADOS NÃO FORAM ATINGIDOS!

EM AMBAS SITUAÇÕES

NÃO ACREDITAMOS EXISTIR PROBLEMAS DE ORDEM TÉCNICA QUE A NOSSA ENGENHARIA MUNICIPAL NÃO CONSIGA RESOLVER, PENSAMOS ANTES QUE É APENAS ~~PROBLEMA DE~~ ARREGAÇÃO AS MANGAS!

TAMBÉM QUESTIONAR O EXECUTIVO PARA QUANDO A CRIAÇÃO DE PARQUEAMENTO AUTOMÓVEL GRATUITO NO CENTRO DA CIDADE?

É PRECISO LEMBRAR QUE HÁ CIDADÃOS QUE HABITAM NAS PERIFÉRIAS DA MAIA E TAMBÉM FORA DO PRÓPRIO CONCELHO E, QUE POR AUSÊNCIA DE TRANSPORTES COLECTIVOS, SE DESLOCAM COM AS SUAS VIATURAS PARA OS SEUS EMPREGOS!

A. J. MANUEL GONÇALVES RAMOS  
(TÓRTO-SUL)

ARREJA ARREJADA O/ESSEUHO  
D'ÁGUA

→

(2)

CONVENHAMOS QUE PARA QUEM <sup>NÃO</sup> GANHA SALÁRIOS PRINCIPESSES, TER QUE SUPORTAR DIARIAMENTE O CUSTO DE ESTACIONAMENTO, NECESSITARA DE OUTROS GANHOS QUE AO MUNICÍPIO NÃO COMPETE RESOLVER OU ENTÃO, DEIXAR FICAR A VIATURA A DISTÂNCIAS CONSIDERÁVEIS!

ALIAS, TOMANDO COMO EXEMPLO O QUE SE PASSA COM O RECENTÍSSIMO "METRO", VERIFICA-SE QUE TODAS AS ESTAÇÕES DISPÕEM DE RAZOÁVEIS ESPAÇOS PARA PARQUEAMENTO E A ZONA ENVOLVENTE DA ESTAÇÃO PRINCIPAL DO FÓRUM NÃO LHE SEGUE O EXEMPLO!

ESTÁ CHEIA ISSO SIM DE COFRES PARA RECOLHA DE RECEITAS PARA O ERÁRIO MUNICIPAL, SEM CUIDAR DE <sup>INTERESSE</sup> DAQUELES QUE SÃO A RAZÃO DO "SLOGAN" UTILIZADO POR ESTA MAIORIA!

OUTRO ASSUNTO QUE TAMBÉM AQUI QUEREMOS REFERIR É AINDA O E SEMPRE BAIRRO DO SOBREIRO.

OS DEPUTADOS DA C.D.U. ELEITOS NESTA A.M., NO ÂMBITO DA SUA AÇÃO POLÍTICA VISITARAM ESTE COMPLEXO HABITACIONAL E REUNIRAM COM A SUA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES.

O QUE VÍAMOS E O QUE NOS FOI TRANSMITIDO DE VIVA VOZ, ATÉ PARECE INACREDITÁVEL!

- O JÁ HISTÓRICO E CONDENÁVEL DESLEIXO E ABANDONO ~~DE~~ <sup>DE</sup> RESPONSABILIDADES POR PARTE DO MUNICÍPIO E DA EMPRESA MUNICIPAL SUA PROPRIETÁRIA, NO QUE TOCA A AUSÊNCIA DAS MAIS ELEMENTARES OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO.
- A DEGRADAÇÃO INTERIOR E EXTERIOR DOS EDIFÍCIOS TEM-SE ACENTUADO EXTRAORDINARIAMENTE PARA DESESPERO DE QUEM LÁ MORA!

→



③

DEIXEM-ME CONFIENCIAR-VOS SR.<sup>S</sup> DEPUTADOS:

SE ALGUM DE NÓS LÁ HABITASSE, DECERTO QUE JÁ TINHA POSTO OS PÉS AO CATINHO E, NO MÍNIMO, TINHA FEITO CÔRAR DE VERGONHA COM ALGUNS MIMINHOS, CERTOS SENHORES POLÍTICOS QUE POR AQUI SE MOVIMENTAM!

- HÁ RENDAS QUE SOFREM AUMENTOS ABSOLUTAMENTE INJUSTIFICADOS E BRUTAIS NOMEADAMENTE QUANDO MORADORES DE BLOCOS ENTRETANTO DETOLIDOS SÃO REALOJADOS NOUTROS ESPAÇOS DO PRÓPRIO BAIRRO!
- O ESTADO DE DEGRADAÇÃO DO RINGUE DESPORTIVO COM OS BANHEIROS ATULHADOS COM LIXO E, AINDA O Q. E. E OUTRAS INFRAESTRUTURAS COMPLETAMENTE E PERIGOSAMENTE DESTRUÍDAS!

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES A QUEM FOI PROMETIDO 1 ESPAÇO PARA PODER TRABALHAR E DESEMPENHAR A SUA FUNÇÃO, AGUARDA PRATICAMENTE DESDE A SUA TOMADA DE POSSE PELO CUMPRIMENTO <sup>DE TAL</sup> ~~DE~~ PROMESSA!

IMAGINEM A JUSTIFICAÇÃO!

ESTÁ PENDENTE ~~UMA~~ <sup>UMA</sup> DECISÃO JUDICIAL EM VIRTUDE DESSE ESPAÇO - ~~EX~~ <sup>EX</sup> - HABITAÇÃO - TER SIDO COMPRADO ILEGALMENTE POR UMA MORADORA!

OU SEJA,

SE O TRIBUNAL SÓ TERMINAR O PROCESSO DAQUI A 3 OU 4 ANOS OU MAIS, A ASSOCIAÇÃO NÃO PODE TRABALHAR ATÉ LÁ!



(4)  
SENHORES DEPUTADOS ISTO NÃO É TOLERÁVEL!  
É ABSOLUTAMENTE REPUGNANTE BRINCAR COM A  
DIGNIDADE DE TODA AQUELA GENTE!

É POR DEMAIS EVIDENTE QUE DE FORMA INTENCIO-  
NAL ESTÁ ESTE PODER MUNICIPAL, CÂMARA E EM-  
PRESA MUNICIPAL, A PROVOCAR O DESESPERO DOS  
AINDA RESTANTES MORADORES <sup>PENSANDO VER</sup> FACILITADA ASSIM  
A SUA RETIRADA NO MOMENTO CERTO!

É CLARAMENTE VISÍVEL TAL ESTRATÉGIA!

MAS CUIDADO!

COM A ESTAGNAÇÃO DO PROTECTOR DA "PRAÇA MAIOR",  
ASSOCIADA AO FACTO DA INEXISTÊNCIA DE NOVOS  
FOGOS <sup>SOCIAIS</sup> QUE ALBERGUEM OS MORADORES DO SOBREI-  
RO E AINDA A COMPLEXA E GRAVE SITUAÇÃO ECONO-  
MICA / FINANCEIRA DO MUNICÍPIO E DA CORRESPON-  
DENTE EMPRESA MUNICIPAL, ESTE BARRIL JÁ  
NÃO TEM MAIS ESPAÇO PARA GUARDAR MAIS PÓLVORA.

DEIXAMOS AQUI A PERGUNTA, O QUE VÃO A CÂMARA  
E A "EMPRESA MUNICIPAL" FAZER NO IMEDIATO?

MUDANDO DE ASSUNTO, FAZEMOS QUESTÃO DE  
INFORMAR ESTA A.M. DE QUE NO PASSADO DIA 12  
JUNHO, OS DEPUTADOS DO P.C.P. NA ASSEMB.  
DA REPÚBLICA ELEITOS PELO CÍRCULO DO PORTO,  
VISITARAM O NOSSO CONCELHO NO ÂMBITO DO  
SEU MANDATO ABERTO.

DESTA VISITA RESULTARAM CONTACTOS COM OS  
SEGUINTE SERVIÇOS, ORGANISMOS E ENTIDADES:  
• CENTRO DE SAÚDE DA MAIA / ÁGUAS SANTAS E  
EXTENSÃO DE PEDROUCOS

→

(5)

h  
7-h

- CENTRO DE EMPREGO DA MAIA.
- FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DO CONCE-  
LHO DA MAIA - "FAPEMAIA".
- COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA  
MAIA.
- ESQUADRA P.S.P. ÁGUAS SANTAS.
- TRIBUNAL JUDICIAL DA MAIA.

O OBJECTIVO DESTES CONTACTOS FOI ~~XX~~ CONHECER  
O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS, DIFÍCUL-  
DADES DIVERSAS E CARÊNCIAS EXISTENTES, TENDO  
EM VISTA ATRAVÉS DO ÓRGÃO A.R., ALERTAR  
E SOLICITAR AO PODER CENTRAL A RESOLUÇÃO  
E CORRECÇÃO DAS ANOMALIAS ENTÃO CONSTATADAS!

ASSIM, DESTACAMOS:

- O TRIBUNAL PARA ALÉM DAS DIFICULDADES INE-  
RENTES AO MAU FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA EM  
GERAL E DE SE ENCONTRAR INSTALADO NUM  
EDIFÍCIO DE TODO INADEQUADO, VÊ-SE CONFRON-  
TADO COM FALTA DE VERBAS-PROVENIENTES DE  
CORTES GOVERNAMENTAIS -, PONDO EM CAUSA PAGA-  
MENTOS DE DESPESAS CORRENTES COMO POR EXEM-  
PLO ÁGUA, GÁS E ELECTRICIDADE.
- NO CAMPO DA SAÚDE POR EXEMPLO, O CENTRO  
DE SAÚDE DA MAIA / ÁGUAS SANTAS QUE ENVOL-  
VE 7 PÓLOS DE FREGUESIAS DO CONCELHO, PARA  
UM UNIVERSO DE 77.000 DOENTES POR ELE  
SERVIDOS, 10.500 - PELO MENOS - NÃO TEM  
MÉDICO DE FAMÍLIA!
- QUANTO AO ENSINO, A NÍVEL DE ESCOLAS DO  
1.º CICLO, 80% FUNCIONAM EM REGIME DE DESDO-  
BRAMENTO POR MANIFESTA FALTA DE SALAS  
PARA TODOS OS ALUNOS!

(6)

- QUANTO AO DESEMPREGO NO CONCELHO A SITUAÇÃO TAMBÉM NÃO É NADA BRILHANTE. CONSTATA-SE QUE DURANTE ESTES ÚLTIMOS 7 ANOS, PESSOAS INSCRITAS SEM EMPREGO PASSARAM DE 3.500 A 4.000 PARA 7.800! QUASE DUPLICOU!

E PORQUE ESTA INTERVENÇÃO DE VAI CONTINUAR, TERMINAMOS COMO COMEÇAMOS PERGUNTANDO AO EXECUTIVO:

QUAL É O ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO - TORRE E SE HÁ, QUAIS OS SERVIÇOS, DEPARTAMENTOS E/OU EMPRESAS MUNICIPAIS INSTALADOS EM EDIFÍCIOS NÃO CATARÁRIOS?

A.M. / 28 JUNHO, 2006  
BANCADA / C.D.U.

  
(J. GOMES)

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ex.mos Senhores Secretários da Assembleia Municipal.

Ex.mo Senhor <sup>JJZG</sup>Presidente da Câmara Municipal.

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mos Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social,  
Ex.mo Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Primeiramente, permitam-me que cumprimente V.Ex<sup>as</sup>.

De seguida pretendo expor duas questões que, entre outras, são aquelas que constituem a minha preocupação mais imediata:

#### SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS

Ultimamente, têm aumentado os assaltos na minha Freguesia. No cemitério já foram roubadas várias peças ornamentais de cariz religioso algumas delas de elevado valor. Várias habitações foram também assaltadas e, em alguns casos, com os proprietários lá dentro em pleno sono. Vários carros têm também sido roubados ou vandalizados. Parece-nos que esta situação já ultrapassa o pequeno roubo, perpetrado por assaltantes isolados, mas dá a ideia da existência de grupo ou grupos organizados que põem em perigo pessoas e bens. Temos, também, conhecimento de assaltos noutras Freguesias

Solicitada a ajuda da GNR no sentido de uma vigilância mais frequente temos sido confrontados com a falta de efectivos e até de meios para o poderem fazer.

Permita-me, por isso, Senhor Presidente da Câmara, que lhe peça a intervenção de V.Ex<sup>a</sup> junto das competentes entidades do Ministério da Administração Interna no sentido de serem encontradas formas que possam garantir às pessoas a tranquilidade e segurança necessárias para a sua vivência normal, isenta de quaisquer receios como aqueles que são provocados quando dentro das suas próprias habitações, durante a noite e quando estão a dormir, são assaltadas fazendo imperar o medo no seio das famílias.

Aproveito para solicitar também a V.Ex<sup>a</sup> que informação nos poderá dar relativamente à já prometida esquadra da PSP a instalar em Pedras Rubras, onde já existem instalações para o efeito.

METRO- PASSAGEM DE NÍVEL NA RUA DR. FARINHOTE - REDE VIÁRIA

Na sequência do plenário, dos habitantes de Vila Nova da Telha e da Vila de Moreira, ocorrido no passado mês de Março, foi acordado que haveria informação às populações relativamente ao evoluir da situação da rede viária, alternativa à passagem de nível na Rua Dr Farinhote.

Em pedido que efectuámos a V.Exª, Senhor Presidente, em Maio passado, fomos informados da estimativa de prazos que a Empresa Metro do Porto definia para a execução da referida rede viária.

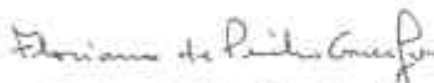
Aproveito para agradecer o empenho do Sr. Presidente da Câmara pelas diligências efectuadas, todavia, a informação que nos foi prestada referia-se, somente, a uma estimativa de prazos e apontando as diferentes fases da obra estimavam em 385 dias até à sua conclusão.

No entanto, nada era referido relativamente à data do início das referidas obras, pelo que solicito a V.Exª que informe em que posição se encontra este assunto pois temos sido abordados, frequentemente, pelos habitantes de Vila Nova da Telha indagando-nos sobre esta matéria.

Tenho dito.

Maia, 28 de Junho de 2006

Deputado Municipal e Presidente de Junta

  
(Floriano de Pinho Gonçalves)





CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
GABINETE DO PRESIDENTE

Exm<sup>a</sup>. Senhor  
Raul Marques Bastos  
Rua de Paulo VI, n.º. 1629/1631  
4 445 - ÁGUAS SANTAS MAI

OFÍCIO Nº. 12.261

A S S U N T O: CONCESSÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL

Como é do seu conhecimento, a Câmara está a executar, com grande entusiasmo e com grande esforço, em todas as Freguesias do nosso Concelho, dezenas e dezenas de prédios de habitação social, para que todas as Famílias da nossa Maia, da nossa Terra, da minha Terra, aí possam ter um Lar feliz. Um Lar muito digno. Um Lar com conforto e com qualidade.

Na Freguesia de Águas Santas, onde reside, estamos a trabalhar, com enorme vontade, para esse objectivo. Em Águas Santas, construímos os dois Conjuntos Habitacionais do Meilão, já totalmente ocupados por 252 famílias, e estamos a construir seis novos Conjuntos Habitacionais:

- na Rua Central da Corga (próximo do entroncamento da Rua Central da Corga com a Rua dos Moutidos);
- nos Moutidos (junto do Centro de Saúde de Águas Santas);
- na Rua do Senhor dos Aflitos (nas proximidades da



## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

Corga);

- na Rua de Rodrigo Gonçalves Lage (próximo de Parada);
- na Rua do Paço (junto da Delegação de Águas Santas dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia).

E iremos lançar muito proximamente um outro Conjunto Habitacional em Ardegães, num terreno cuja expropriação está a ser feita. Este será o sexto novo empreendimento habitacional de Águas Santas.

Tenho dito algumas vezes que, na minha acção à frente da nossa Câmara, já realizei por todo o Concelho mais de duas mil obras. Um número inultrapassável por quem quer que seja e onde quer que seja. De tal modo que não há recanto na Maia, por mais pequeno que seja, onde eu não tivesse levado, por várias vezes, a minha acção.

Realizei mais de duas mil obras. Muitas delas de milhões de contos cada uma.

Mas a acção mais cara ao meu coração é a que estou a realizar no âmbito da habitação social.

É que, dar uma habitação capaz, digna, com conforto e com qualidade, onde cada família da Maia se sinta feliz, é a realização e a acção que mais alegria e mais amor dá ao meu coração.

A sua nova habitação vai estar à sua disposição dentro em breve. Não é possível prevêr ainda o dia em que isso vai acontecer. Mas, no próximo Verão de 1998, teremos completado todo o nosso programa de habitação social.



## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

Depois da entrega, que já fiz, de 252 habitações no Meilão, vou começar a entregar novas habitações em Águas Santas, ainda no corrente mês de Outubro. Continuarei a entregar habitações no último Trimestre de 1997. E prosseguirei do mesmo modo no 1º. Semestre de 1998. E no Verão do próximo ano, como disse antes, estará praticamente terminado o alojamento de todos.

Todos terão o seu dia. Todos. A todos chegará a sua hora. Uns serão antes e outros depois. Mas todos serão igualmente considerados.

O seu dia vai também chegar. E está próximo.

Vai ser um dia inesquecível para si. E vai ser um dia de grande alegria para mim. Alegria por poder proporcionar-lhe esse momento.

A sua habitação vai ser um T2, e vai localizar-se num dos novos 6 Conjuntos Habitacionais que estão a ser construídos na sua Freguesia, em Águas Santas, e que são os que antes lhe indiquei. E é meu desejo que, sempre que possível, o Conjunto Habitacional onde vai ficar a sua habitação seja aquele que está mais próximo do local onde agora reside. Tanto quanto possível, como disse.

Posso desde já enviar-lhe uma planta-tipo dessa sua habitação, planta que vai junta à presente carta, e que já lhe permite olhar para uma realidade que está prestes a chegar. A planta é uma planta-tipo, isto é, a disposição dos compartimentos pode não ser exactamente a mesma. Mas as divisões serão estas e os espaços serão igualmente assim.

Se a tipologia da habitação que lhe foi atribuída — T2 — já não se coaduna com o seu agregado familiar, e se, por isso, deseja que tal tipologia seja alterada, informe-me directamente do facto. Escreva-me a dizer isso mesmo e a



## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

CABINETE DO PRESIDENTE

dar-me conta do seu desejo.

Eu sei que toda esta acção é, para mim, e para a Câmara, um grande desafio. E é um grande desafio porque nenhum outro Município está a trabalhar nesta acção com tanta qualidade como nós. Nenhum outro.

Mas nós vamos vencer.

E vamos vencer porque lhe quero dar, o mais depressa possível, uma habitação digna, confortável e com excelente qualidade. Uma habitação onde se sinta feliz. Onde se sinta muito feliz com todos os que lhe são queridos.

Assino esta carta com muita alegria. Porque é a carta em que lhe dou a certeza de que muito em breve vai ter uma bela habitação. Mas a minha alegria vai ser bem maior quando, no meu Gabinete, lhe entregar as chaves dessa bela habitação.

Com muita estima e com muita amizade.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 07 DE OUTUBRO DE 1997.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO)

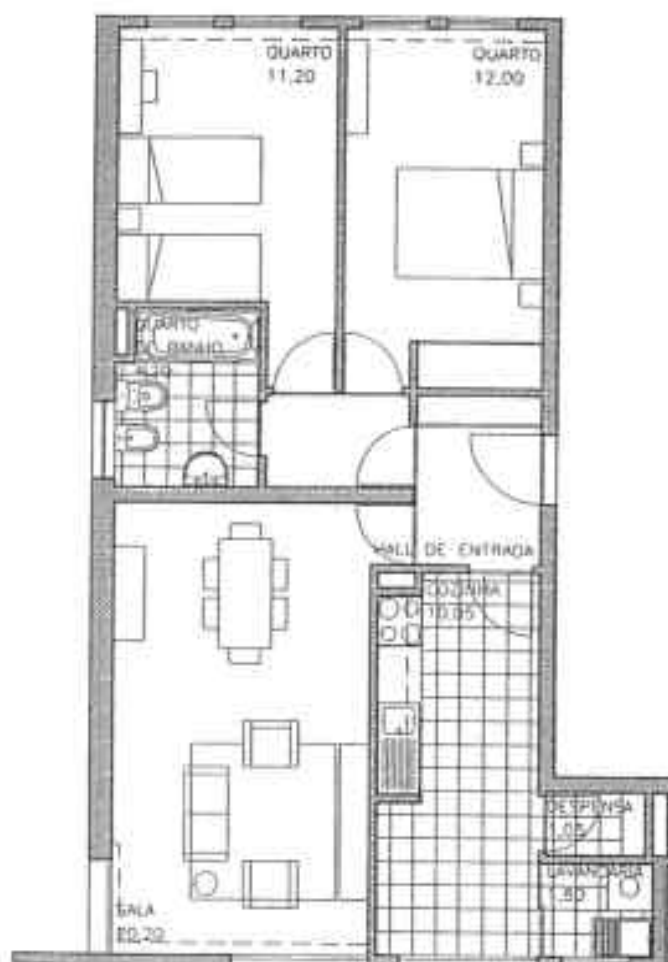
CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

---

PROGRAMA ESPECIAL DA REALOJAMENTO

FREGUESIA DE ÁGUAS SANTAS

2  
R-1-h



Exmo. Senhor  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
Praça do Município  
4470 MAIA

05/09/2001

Ex.mo Sr. Presidente

Venho por este meio, mais uma vez, apresentar um caso que, tal como a V/ Exª em 1997, também a mim me parece merecer a maior atenção e a tomada urgente de diligências no sentido da sua resolução, já que se trata de uma habitação sem condições e degradada, onde habita uma família maiata.

Ex.mo Sr. Presidente,

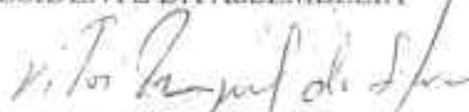
Faço-lhe chegar toda a correspondência trocada entre a D. Maria de Fátima Carvalhosa de Sousa e a Câmara Municipal da Maia, para relembrar a particular atenção que dedicou a este caso e solicitar que intervenha junto dos serviços da edilidade.

Ex.mo Sr. Presidente, tenho plena consciência que nada sucede da noite para o dia, mas tenho também a consciência que é meu dever alertar V/ Exª para os casos que chegam ao meu conhecimento sem que tenham sido resolvidos, tendo já passado várias "noites e vários dias".

Com a certeza de este ser um caso que irá merecer o maior empenhamento por parte de V/ Exª, subscrevo-me.

Atenciosamente,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

  
(Vítor Miguel da Silva)



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
CORRESPONDÊNCIA

27. NOV 97 15600

S. Eug. Silva ha <sup>d</sup> 10/9/97

Fazenda de Fátima Lazarethosa de Sousa  
Rua das Fontineiras da Maia 104 c/4  
4445 Iguaçu Santa Maria

\* Ao Senhor Municipal da H-  
lição para dar a possível im-  
prensa a este objecto, em  
T2 e o necessário.

30. NOV. 1997

Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia, <sup>publicidade Comité</sup>

Venho por este meio pedir a V. Exa que reveja por favor  
nossa situação. Peço desculpa pela insistência, pois esta é  
a segunda carta que envio, escrevi anteriormente há seis  
meses, mas como não recebi resposta, tomei a liberdade  
de insistir, pelo que peço desculpa.

Como já expliquei a V. Exa na carta anterior, os meus  
pais, Domingos Jesus de Sousa e Fátima da Conceição  
Lazarethosa, residem nesta casa que se situa numa  
ilha na Rua das Fontineiras da Maia, há trinta e dois  
anos.

A casa onde habitamos não tem quaisquer condições,  
é muito velha, unidiflexa, tem dois quartos numa sala e  
cozinha minúsculas, tem também uma pequena varanda  
no exterior, mais propriamente no quintal atrás da casa.

Esta situação agrava-se particularmente no Inverno,  
pois a casa é muito fria e húmida, sempre que chove  
temos que tomar as devidas precauções, utilizar  
balões e bacias para afastar a chuva dentro de  
casa.

Entre os problemas é a falta de saneamento, a fossa  
fica junto ao quarto dos meus pais, atrás do Inverno,  
está cheia-se facilmente, o que faz com que o quarto

Marta de

ALIA \* 1. JUNHO 4. 1962  
100-223800  
100-223800  
100-223800

2  
Dr. J. H.

e o resto os casos fiquem com um cheiro intenso e com  
o az izzespirável.

Viver assim é desconfortável e mesmo muito pouco  
saudável para todos nós, essencialmente para os meus  
pais que já estão com uma certa idade, mas em particular  
para o meu pai devido aos problemas respiratórios que  
tem.

Dizta assim. Fdiz ao Senhor Presidente, que se  
tiver alguma vez uma caso de Câncer, não pode  
atizipiz uma, o que muito agradecemos.

Termino agradecendo desde já a atenção que  
dá a este modesto pedido.

Respeitosamente

Maria de Vilhena Cavallero de Sousa



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

Exm<sup>a</sup>. Senhora

D. Maria de Fátima Carvalhosa de Sousa

Rua dos Fontineiros, 104, c/4

4 445 - ÁGUAS SANTAS M A I

OFÍCIO Nº. 15.222

Lavo ao conhecimento de V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. que recebi a Carta que me dirigiu, a qual foi registada nos Serviços da Câmara, sob o nº. 15.780, em 28 de Novembro p.p.. E com tal Carta, recebi também cópia da Carta que já me tinha enviado há cerca de seis meses.

Compreendo a situação em que vive com os seus Pais. E vou procurar que tal situação se altere. E que tenha alegria na sua Casa.

Isso não vai suceder da noite para o dia. Mas espero que em 1998 já viva numa nova Casa.

Entretanto, e para que possa acompanhar, do melhor modo, a pretensão por si apresentada, junto anexo fotocópia da Carta que me dirigiu, já devidamente registada e despachada.

Se vier posteriormente a entender que se torna necessária qualquer outra intervenção da minha parte, para que a questão tenha de facto a resolução que lhe anunciei, fará o favor de me contactar da forma que entender por conveniente.

Permita-me que lhe refira que escreva muito bem. Um raciocínio muito



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

claro e uma forma de escrever que sabe transmitir sentimentos. Gostava de a  
conhecer pessoalmente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> os meus melhores  
cumprimentos e os protestos da minha mais elevada consideração.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 2 DE DEZEMBRO DE 1997.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO)

Ac.  
Exmo Senhor

Aguas-Santas, 11 de Junho de 20

Presidente da Câmara Municipal de Itaipava

Exmo Senhor

Os meus melhores cumprimentos

Na sequência do assunto a que se referem estas fotocópias que anexo, venho muito respeitosamente, através deste meio, solicitar-lhe o favor de, me conceder uns minutos de seu precioso tempo, a fim de, também, o favor de, me fazer conhecer pessoalmente, a fim de podermos estabelecer um breve diálogo, ou então, se tal não lhe for possível, contactar-me com alguém que muito dignamente o represente.

Agradeço antecipadamente a V. Exa. a atenção que constantemente dispensará a este meu pedido, e fica ainda, mais a disposição de sua pessoa para que os meus pretensos seja de facto breves e bem feitos.

Sua outra assento de momento, e me respeito de muito em breve o poder contactar, entre os meus melhores cumprimentos.

De V. Exa.  
Muito Atentamente

Ilmo. Dr. Elvino Evangelista de Sousa



*Assembleia de Freguesia*  
*Águas Santas*

Rua do Mosteiro, 1004  
Telefone 971 00 01  
4445 ÁGUAS SANTAS - MAI

*Handwritten signature*

Exmo. Senhor  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
Praça do Município  
4470 MAIA

Sua referência

Sua comunicação

Sua referência

Águas Santas, Maia  
09/08/2001

ASSUNTO: Habitação Social

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia,

Na Assembleia de Freguesia do pretérito dia 30 de Julho, realizada na sede da Associação Recreativa "Os Bairristas do Formigueiro", foram apresentados, por um membro desta Assembleia, dois casos de carência social. Esta carência diz respeito à falta de habitação condigna e com um mínimo de condições de habitabilidade que, nos casos supracitados (e documentados em anexo) se manifesta de uma forma por demais evidente.

À mesa desta assembleia, complementando a explanação dos casos, chegaram dois ofícios da Câmara Municipal da Maia que davam conta da breve concessão de habitação social.

Esta missiva lançou estas famílias num oceano de alegria e expectativa. Hoje, volvidos quatro anos, estas famílias sentem que, com o passar do tempo, foram arrastadas por uma qualquer maré para um mar de incertezas e de agruras que o tempo teima em acentuar.

Ex.mo Sr. Presidente,

Estas famílias vivem hoje em condições bem piores que aquelas que tinham em 1997, como tal urge avançar definitivamente para a resolução deste problema social.

Como é, também, do meu conhecimento, a câmara estava, em 1997, a executar, com grande entusiasmo e com grande esforço, habitação social no nosso concelho. Como sei também que no verão de 1998 o programa de habitação social estaria concluído, resta-me



*Assembleia de Freguesia  
Águas Santas*

7-h  
m  
r  
...1..2

pensar que haverá uma qualquer falha num qualquer procedimento administrativo a impedir que estas famílias estejam já na habitação que lhes foi destinada.

Estou certo que estes casos merecerão de V/ Ex<sup>a</sup> uma atenção muito cuidada e sentida, assim como estou certo que envidará todos os esforços para realizar a acção que mais alegria e mais amor dá ao seu coração.

Sr. Presidente, subscrevo-me com a melhor consideração e na expectativa de ver estas famílias a comemorarem o Natal nas suas novas habitações.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Vitor Miguel da Silva)





*Assembleia de Freguesia*  
*Águas Santas*

Rua do Mosteiro, 1004  
Telefone 971 00 01  
4445 ÁGUAS SANTAS - MAI

Exmo. Senhor  
ENG<sup>o</sup>. ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO  
M. I. Vereador do Pelouro da Habitação da Câmara Municipal da  
Maia  
Praça do Município  
4470 - 202 MAIA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

Águas Santas - Maia

09/08/2001

ASSUNTO

Ex.mo Senhor Vereador

Venho por este meio informá-lo que existem em Águas Santas duas famílias que vivem em condições precárias e que já solicitaram, junto da Câmara Municipal da Maia, a atribuição de habitação social. Em Outubro de 1997 (como documenta o ofício anexo) foi-lhes concedida essa atribuição.

Ex.mo Vereador,

Venho, junto de V/ Ex<sup>a</sup>, solicitar que diligencie, com todo o empenhamento, com vista à resolução deste grave problema social.

Resta-me solicitar, e porque assim me foi pedido pelas famílias em questão, que estas fiquem no mesmo edifício (caso haja possibilidade para tal), em virtude de a D. Maria Glória de Jesus ser uma pessoa de 77 anos, com diversos problemas de saúde, nomeadamente de locomoção. A concessão desta pretensão é de grande importância para garantir uma melhor qualidade de vida à D. Maria Glória de Jesus, já que assim poderá ser assistida adequadamente nas tarefas diárias pela família.

Agradeço, desde já, o empenho e a atenção dispensada por V/ Ex<sup>a</sup> para a resolução destes casos.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Vítor Miguel da Silva)



## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

Exm<sup>a</sup>. Senhora

D. Maria Glória Jesus

Rua de Paulo VI, nº. 1629/1631

4 445 - ÁGUAS SANTAS MAI

OFÍCIO Nº. 12.261

### A S S U N T O: CONCESSÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL

Como é do seu conhecimento, a Câmara está a executar, com grande entusiasmo e com grande esforço, em todas as Freguesias do nosso Concelho, dezenas e dezenas de prédios de habitação social, para que todas as Famílias da nossa Maia, da nossa Terra, da minha Terra, aí possam ter um Lar feliz. Um Lar muito digno. Um Lar com conforto e com qualidade.

Na Freguesia de Águas Santas, onde reside, estamos a trabalhar, com enorme vontade, para esse objectivo. Em Águas Santas, construimos os dois Conjuntos Habitacionais do Meilão, já totalmente ocupados por 252 famílias, e estamos a construir seis novos Conjuntos Habitacionais:

- na Rua Central da Corga (próximo do entroncamento da Rua Central da Corga com a Rua dos Moutidos);
- nos Moutidos (junto do Centro de Saúde de Águas Santas);
- na Rua do Senhor dos Aflitos (nas proximidades da



## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

Corga);

- na Rua de Rodrigo Gonçalves Lage (próximo de Parada);
- na Rua do Paço (junto da Delegação de Águas Santas dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia).

E iremos lançar muito proximamente um outro Conjunto Habitacional em Ardegães, num terreno cuja expropriação está a ser feita. Este será o sexto novo empreendimento habitacional de Águas Santas.

Tenho dito algumas vezes que, na minha acção à frente da nossa Câmara, já realizei por todo o Concelho mais de duas mil obras. Um número inultrapassável por quem quer que seja e onde quer que seja. De tal modo que não há recanto na Maia, por mais pequeno que seja, onde eu não tivesse levado, por várias vezes, a minha acção.

Realizei mais de duas mil obras. Muitas delas de milhões de contos cada uma.

Mas a acção mais cara ao meu coração é a que estou a realizar no âmbito da habitação social.

É que, dar uma habitação capaz, digna, com conforto e com qualidade, onde cada família da Maia se sinta feliz, é a realização e a acção que mais alegria e mais amor dá ao meu coração.

A sua nova habitação vai estar à sua disposição dentro em breve. Não é possível prevêr ainda o dia em que isso vai acontecer. Mas, no próximo Verão de 1998, teremos completado todo o nosso programa de habitação social.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
GABINETE DO PRESIDENTE

Depois da entrega, que já fiz, de 252 habitações no Meilão, vou começar a entregar novas habitações em Águas Santas, ainda no corrente mês de Outubro. Continuarei a entregar habitações no último Trimestre de 1997. E prosseguirei do mesmo modo no 1º. Semestre de 1998. E no Verão do próximo ano, como disse antes, estará praticamente terminado o alojamento de todos.

Todos terão o seu dia. Todos. A todos chegará a sua hora. Uns serão antes e outros depois. Mas todos serão igualmente considerados.

O seu dia vai também chegar. E está próximo.

Vai ser um dia inesquecível para si. E vai ser um dia de grande alegria para mim. Alegria por poder proporcionar-lhe esse momento.

A sua habitação vai ser um T4, e vai localizar-se num dos novos 6 Conjuntos Habitacionais que estão a ser construídos na sua Freguesia, em Águas Santas, e que são os que antes lhe indiquei. E é meu desejo que, sempre que possível, o Conjunto Habitacional onde vai ficar a sua habitação seja aquele que está mais próximo do local onde agora reside. Tanto quanto possível, como disse.

Posso desde já enviar-lhe uma planta-tipo dessa sua habitação, planta que vai junta à presente carta, e que já lhe permite olhar para uma realidade que está prestes a chegar. A planta é uma planta-tipo, isto é, a disposição dos compartimentos pode não ser exactamente a mesma. Mas as divisões serão estas e os espaços serão igualmente assim.

Se a tipologia da habitação que lhe foi atribuída — T4 — já não se coaduna com o seu agregado familiar, e se, por isso, deseja que tal tipologia seja alterada, informe-me directamente do facto. Escreva-me a dizer isso mesmo e a



## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

dar-me conta do seu desejo.

Eu sei que toda esta acção é, para mim, e para a Câmara, um grande desafio. E é um grande desafio porque nenhum outro Município está a trabalhar nesta acção com tanta qualidade como nós. Nenhum outro.

Mas nós vamos vencer.

E vamos vencer porque lhe quero dar, o mais depressa possível, uma habitação digna, confortável e com excelente qualidade. Uma habitação onde se sinta feliz. Onde se sinta muito feliz com todos os que lhe são queridos.

Assino esta carta com muita alegria. Porque é a carta em que lhe dou a certeza de que muito em breve vai ter uma bela habitação. Mas a minha alegria vai ser bem maior quando, no meu Gabinete, lhe entregar as chaves dessa bela habitação.

Com muita estima e com muita amizade.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 07 DE OUTUBRO DE 1997.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO)

Intervenção sobre prioridade a dar ao prolongamento, a partir do Hospital de S. João, da linha amarela do Metro – 2ª linha da Maia – que há-de servir as freguesias de Pedrouços, Águas Santas, Milheirós e Gueifães e entroncar na Maia (estação do Parque) na linha verde, Trindade, Maia, Trofa.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Senhores Deputados Municipais e Senhores Presidentes de Junta

Senhores representantes dos Órgãos de Comunicação Social

Minhas Senhoras e meus Senhores

Há algum tempo, Senhor Presidente da Câmara, no seguimento de notícia de reuniões havidas entre os Presidentes das Câmaras de Gondomar e de Vila Nova de Gaia e o Sr. Ministro das Obras Públicas, surgiram na Imprensa pressões, particularmente de Gondomar e de Gaia, para que a construção prevista de variantes, VLs e ICs e circulares beneficiassem aqueles concelhos.

Da Maia os jornais não falavam.

O momento coincidiu também com a realização de uma A. M., tal como agora, e aproveitei para pedir a V. Exa. que não se deixasse ultrapassar pelos Presidentes de Gondomar e de Gaia, e que exigisse finalmente o prolongamento do IP4 de Sandim até Águas Santas, tanto mais que V. Exa. tinha como aliado potencialmente interessado no mesmo objectivo o Sr. Presidente da C. M. de Matosinhos.



Certamente que não foi pela minha intervenção, certamente que V. Exa, já teria uma estratégia concertada, e o certo é que passados dois ou três meses as obras do IP4 tiveram o seu início e, presentemente, prosseguem em bom ritmo com a construção de lanços e sub-lanços e de extensos viadutos como o do vale da ribeira do Boi Morto.

Presentemente, Sr. Presidente, vive-se uma situação idêntica com a construção da segunda fase do metro.

Trata-se do prolongamento da linha amarela a partir do Hospital de S. João até ao centro da Maia, servindo as populosas freguesias de Pedrouços, Águas Santas, Milheirós e Gueifães.

Diz-se, já como forma de exercer pressão sobre quem decide, que a sua inclusão na 2ª fase faz parte das fases da concessão, mas que em termos de prioridades essa linha da Maia ficará atrás das de Gondomar e de Gaia.

No entanto, a população de Águas Santas, ouvida num inquérito de rua, discorda daquelas prioridades e está esperançada na intervenção do Sr. Presidente da Câmara para que essa 2ª linha da Maia, que há-de servir as referidas freguesias e entroncar na estação do Parque na linha verde, Trindade, Maia, Trofa, venha a ser uma certeza.

Como representante dessa população entendo que essa linha deve ser prioritária e não ser considerada atrás das de Gondomar e Vila Nova de Gaia, como pretendem os respectivos Presidentes, pouco dados a solidariedades institucionais ou coesões intermunicipais. E, assim, de novo incito V. Exa., Sr. Presidente, a de novo fazer valer as suas influências junto das instâncias superiores e, tal como aconteceu aquando do IP4, consiga igualmente que esta linha do metro venha a ser uma realidade.

Maia, 28 de Junho de 2006





## Moção de solidariedade

A bancada da coligação "Primeiro as pessoas" lamenta o acontecido no dia 10/06/2006 na freguesia da Gemunde, onde uma violenta explosão atingiu seriamente o sr. Joaquim Oliveira Costa, digníssimo membro desta Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde, o que o obrigou a um internamento hospitalar, encontrando-se neste momento a recuperar na unidade de queimados do Hospital da Universidade de Coimbra.

Assim, a bancada da coligação que se mantém, permanentemente, preocupada e atenta à evolução do seu estado de saúde, associa-se a ele de mãos dadas nesta dolorosa e preocupante fase da sua vida e solidariza-se no sofrimento com toda a sua família, principalmente com a sua esposa e os seus filhos.

Todos esperamos a sua rápida recuperação, para que dentro em breve esteja apto a desempenhar as funções em todas as instituições que representa e prestigia assim como na sua família.

Por isso, propomos que seja dado a conhecimento desta moção de solidariedade à excelentíssima família do sr. Presidente e à Junta de Freguesia de Gemunde.

Deft. Bancada "Primeiro as Pessoas"  
Francisco Ribeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA  
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho  
4470-202 MAIA

Doc 16

1-1  
h  
h

## Moção de Solidariedade

Assembleia Municipal da Maia lamenta o acidente acontecido no dia 10 de Junho de 2006, na freguesia da Gemunde, onde uma violenta explosão atingiu seriamente o Senhor Joaquim Oliveira Costa, mui digníssimo Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde e, conseqüentemente, membro efectivo desta Assembleia Municipal, e que o obrigou a um internamento hospitalar, encontrando-se neste momento a recuperar na Unidade de Queimados do Hospital da Universidade de Coimbra.

A Assembleia Municipal mantém-se permanentemente, preocupada e atenta à evolução do seu estado de saúde, lamenta a infelicidade que se abateu sobre a sua pessoa, desde o primeiro momento que teve conhecimento desta triste ocorrência, associa-se a ele de mãos dadas nesta dolorosa e preocupante fase da sua vida e solidariza-se na angústia e sofrimento com toda a sua família, principalmente com a sua esposa e os seus filhos.

A Assembleia Municipal na sua 3ª Sessão Ordinária, realizada a 28 de Junho de 2006, aprovou por unanimidade esta Moção de Solidariedade e deseja que o restabelecimento do Senhor Joaquim Oliveira e Costa se faça o mais rapidamente possível, que em breve retome a sua vida activa, para que todos o possamos ver totalmente restabelecido junto de nós e possa estar apto a desempenhar as funções em todas as Instituições que representa e prestigia, assim como no seio da sua família.

Desta Moção de Solidariedade deve ser dado conhecimento à Excelentíssima Família do Senhor Presidente, à Junta e Assembleia de Freguesia de Gemunde.

Maia, Paços do Concelho, 28 de Junho de 2006

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exm<sup>o</sup>.  
Presidente da Assembleia Municipal da  
MAIA

Nome: - JOAQUIM ARNÍLIO PÍMTO DE ALMEIDA

Morada: - URBANIZAÇÃO DO LIDADOR - RUA 1, 270

Código Postal: - 4470 - 701 - MAIA

Freguesia: - VILA NOVA DA TELHA

ven, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex<sup>a</sup>. que atento ao disposto no n<sup>o</sup> 3, do artigo n<sup>o</sup> 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um periodo de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

OBRAS DO RETRO DO PORTO

Maia, 28/6/2006

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Doc. 18

Exm<sup>o</sup>.

Presidente da Assembleia Municipal da  
MAIA

12  
8

Nome: - Sandra Ribeiro Fernandes

Morada: - Rua Vitorino Nemésio, n.º 290 e/c Dho

Código Postal: - 4470 - 387 Maia

Freguesia: - Verdum

ven, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex<sup>a</sup>. que atento ao disposto no n.º 3,  
do artigo n.º 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja  
concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

S/ a resolução do estrengueamento de uma  
linha de água q atravessa a R. S. Romão

Maia, 28/06 / 2000

(Assinatura) Sandra Ribeiro Fernandes

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º  
do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

IA ENTR. 004007 05.03.09



1 A Instituto do Ambiente			
PREG	<input type="checkbox"/>	VPFS	<input type="checkbox"/>
		VPLG	<input type="checkbox"/>
ASSESSORIA			
SACI	<input type="checkbox"/>	GDQA	<input type="checkbox"/>
SADF	<input type="checkbox"/>	GERA	<input type="checkbox"/>
SEPA	<input type="checkbox"/>	GUAR	<input checked="" type="checkbox"/>
SIPP	<input type="checkbox"/>	GSTI	<input type="checkbox"/>
SUA	<input type="checkbox"/>		
OUTROS:			

Exmº Senhor  
Presidente do Instituto do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9/9A  
Zambujal Ap. 7585  
2611-865 Amadora

*Handwritten signature/initials*

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência  
Procº nº 106/05  
Oficº nº 255

Data  
07/03/09

Assunto/Subject

Reclamação-Inundações causadas pela chuva em prédios urbanos

Relativamente à exposição que Margarida Bárbara Pereira da Silva dirigiu à Câmara Municipal da Maia, informo V. Exª que na deslocação efectuada ao local por um técnico desta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, concluiu-se que as inundações que se verificam na zona da residência da interessada, têm origem na incapacidade do escoamento dos caudais de cheia da canalização do curso de água que atravessa essa área, situação que se presume ser agravada pela deficiente drenagem das águas pluviais local.

Mais informo V. Exª que estando em causa uma questão de drenagem de águas pluviais e de insuficiência da capacidade de escoamento do aquedutamento do curso de água que atravessa uma área urbana, obra realizada pela Câmara Municipal da Maia sem autorização destes Serviços, competirá àquela autarquia Intervir na resolução desse problema.

*es pia o declarante  
e seguro.*

Com os melhores cumprimentos

2009.03.12

*Handwritten initials*

V. Presidente

(Abelino Jorge Guedes Marques)

IA OF.003007 '05 03 21

Exma. Senhora  
Margarida Silva

Rua Vitorino Nemésio, nº 290 a 318, 1ª Dtª Fr.  
Urbanização dos Maninhos - Vermoim  
4470 - 387 Maia

S/referência

Data

N/ossa referência

Data

56/05 / GJUR

Assunto: **Reclamação - Inundações causadas pela chuva em prédios urbanos**

Para conhecimento, junto se envia a V.Exa. cópia do ofício que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte remeteu a este Instituto, dando conta das diligências efectuadas a fim de serem resolvidos os problemas constantes da reclamação apresentada.

Com os melhores cumprimentos.

*João Gonçalves*  
Presidente

João Gonçalves

Anexos: o mencionado

/MJB

*Maria Leonor Gomes*  
Maria Leonor Gomes  
Vice-Presidente

Cristina M. Dias

Advogada

Rua D. Afonso Henriques, 2704-1ª-sala 6

4425-057 Águas Santas - Maia

Telef. & Fax: 229 720 720

Ex. mo. Sr. Presidente  
Da Câmara Municipal da Maia  
Praça Dr. José Vieira de Carvalho  
Maia

✓  
A  
1-2

Águas Santas, 07 de Abril de 2005.

**Assunto:** Aluimento da rampa de acesso à garagem do prédio constituído em propriedade horizontal sito na Rua Vitorino Nemésio, n.º 290 e 308 em Vermoim - Maia.

Ex. mo. Senhor Presidente,

Incumbiu-me o condomínio do prédio acima identificado de indagar junto de V. Exa. o seguinte:

- 1) - as conclusões dos serviços municipais quanto às causas do não escoamento das águas pluviais que provocou a inundação ocorrida na Rua Vitorino Nemésio na freguesia de Vermoim no passado dia 20 de Outubro de 2004;
- 2) - quais as diligências efectuadas pelos serviços municipais na sequência desta inundação;

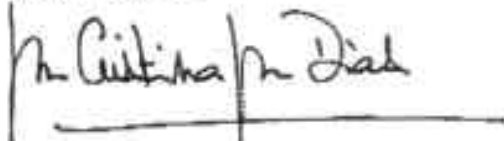
Este pedido de esclarecimento visa:

- 1) - complementar a informação já obtida sobre o assunto uma vez que também já tiveram oportunidade de se pronunciarem o construtor do prédio e os bombeiros;
- 2) - confirmar o eventual entupimento das sarjetas da via pública naquele local;
- 3) - alertar V. Exa. para o receio que os condóminos sentem que a situação se possa repetir e isto apesar do período de seca em que nos encontramos;
- 2) - informar V. Exa. dos avultados prejuízos sofridos pelos moradores do prédio acima identificado. Pois, conforme resulta das fotografias tiradas no local na altura que vão ser anexadas à presente, para além da rampa de acesso à garagem ter aluído com a força das águas, inúmeros carros ficaram submersos e irremediavelmente danificados.

Nesta conformidade, aguardo e agradeço resposta de V. Exa.

Sem mais de momento, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

De V. Exa.  
Atenciosamente







PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Ex.ma. Senhora  
D.<sup>a</sup> Margarida Bárbara da Silva  
Rua Vitorino Nemésio, 290-318,  
1.<sup>o</sup> dt.<sup>o</sup>  
4470-387 MAIA

29.NOV.2005\*020787

V.<sup>a</sup> Ref.<sup>a</sup>

V.<sup>a</sup> Comunicação  
29.09.2005

Nossa Ref.<sup>a</sup>  
Proc. R-1567/05(A1)

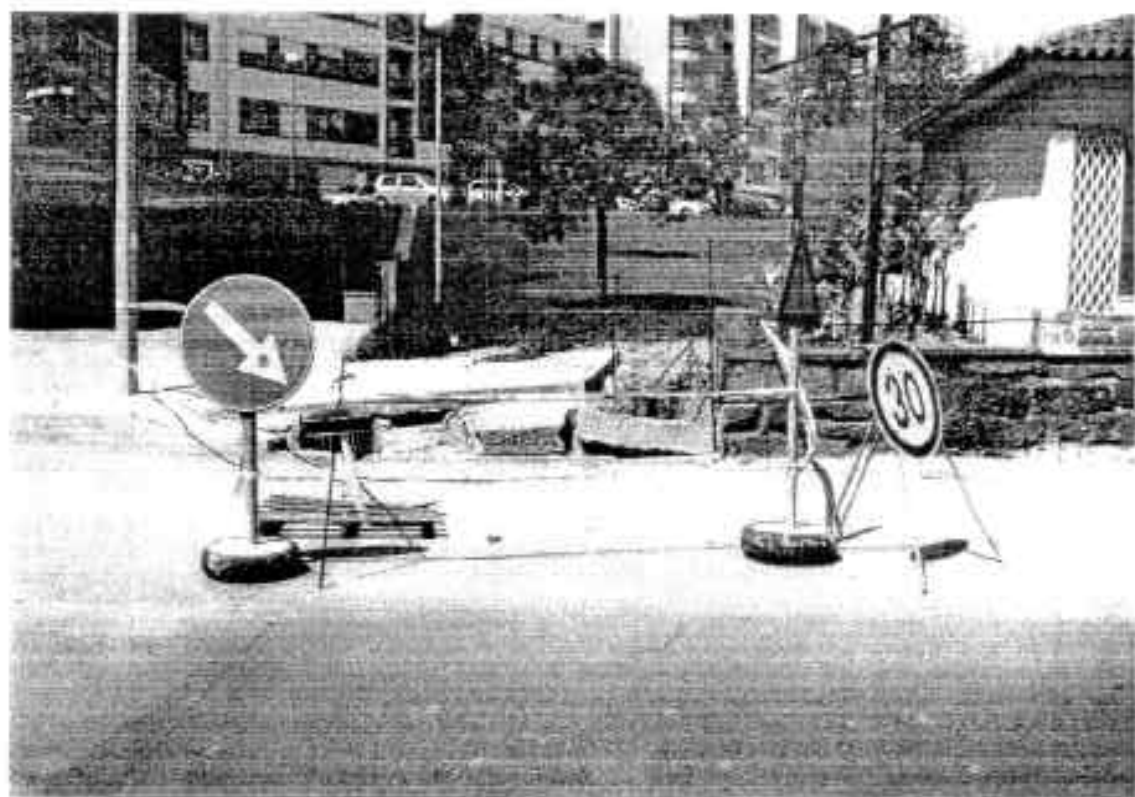
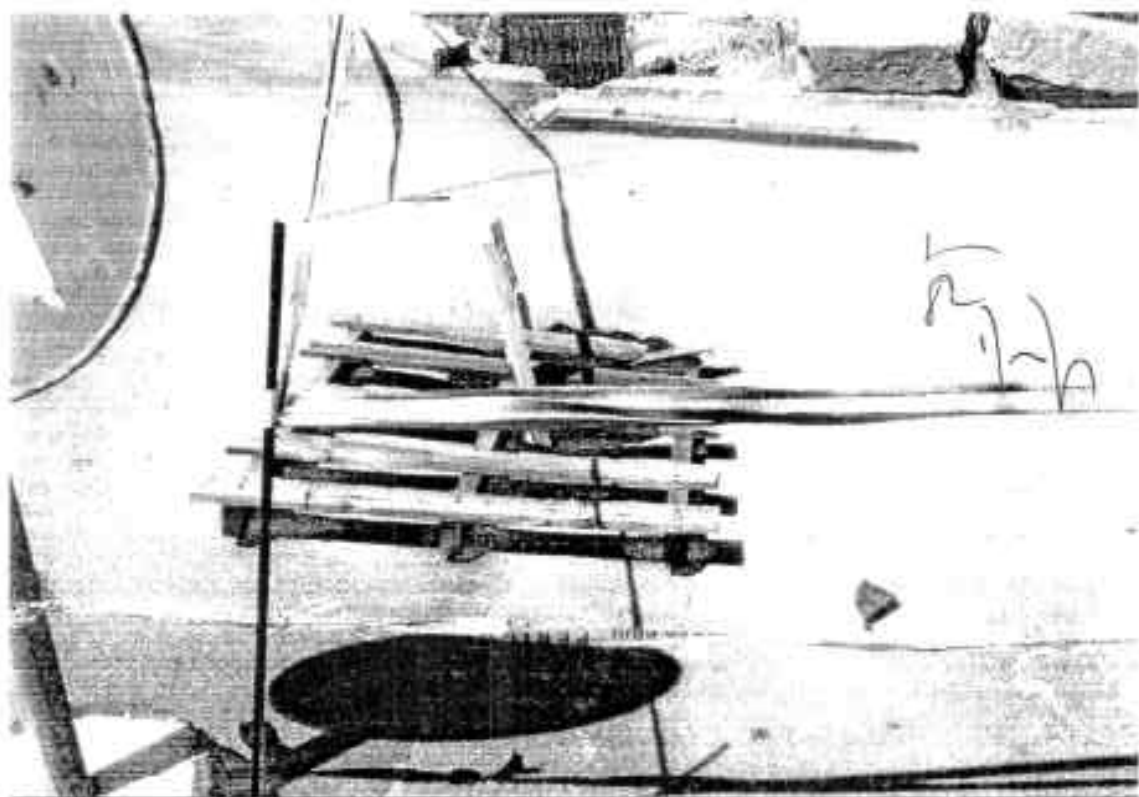
**Assunto:** danos-escoamento-águas pluviais-Urbanização dos Moinhos

1. Tenho presente o teor da exposição de V.Ex.a , por via da qual se opõe ao arquivamento do processo ao alto identificado.
2. Encetadas diligências informais junto dos serviços camarários, apurámos encontrar-se equacionada uma solução técnica para desobstrução do curso de água que atravessa a Urbanização dos Moinhos.
3. Acresce que as inundações de que V.Ex.a se queixa ficam a dever-se a um erro técnico imputável ao construtor que não terá observado as normas de boa construção, desviando a linha de água subterrânea, em desrespeito do projecto que mereceu aprovação municipal.
4. Em face do exposto, encontrando-se o assunto devidamente encaminhado, nada encontro que determine a ulterior intervenção deste Órgão do Estado.

Com os melhores cumprimentos,

O Provedor-Adjunto de Justiça

A. Macedo Almeida



(11.11.11) Azoto car

R. S. Romão - Main



2  
R  
1-2



20 Oct 2004

Juc. 19



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MALA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhores Deputados Municipais  
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores

O Partido Socialista e os seus deputados municipais encaram com alguma apreensão a tendência recorrente do Senhor Presidente da Câmara para tornar esta informação num mero exercício de auto-apreciação laudatória, mesmo que o Partido Socialista esteja disposto a reconhecer, com alguma condescendência, que um executivo que se deixou enredar num conjunto alargado de problemas que não parece capaz de ultrapassar precise destas doses artificiais de auto-estima para assegurar o exercício das suas funções até ao final deste mandato. Continuamos por isso a aguardar serenamente que o Senhor Presidente da Câmara torne a informação devida a esta Assembleia Municipal sobre a actividade municipal num espaço de reflexão sério sobre as circunstâncias do exercício da acção do executivo, que considere convenientemente os desafios e problemas encontrados.

Maia, 28 de Junho de 2006

Luis Areal Rothes

Grupo do PS na AMM

re 1h  
①

### 3-8: "CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA MAIA" (APRECIACÃO TÉCNICO-POLÍTICA)

"A CARTA EDUCATIVA DA MAIA", PROPOSTA PELO EXECUTIVO, QUE HOJE NOS COMPETE APROVAR OU NÃO, REVELOU-NOS UM DIAGNÓSTICO PREOCUPANTE: O PARQUE ESCOLAR PÚBLICO ENCONTRA-SE SOBRELADADO.

FALTAM SALAS DE AULA, FALTAM CANTINAS, FALTAM TAMBÉM ALGUMAS ESCOLAS.

O CRESCIMENTO URBANO DESORDENADO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS, TORNOU O PARQUE ESCOLAR MAIATO DESLOCADO DOS GRANDES AGLOMERADOS POPULACIONAIS DO CONCELHO.

AS PROTECÇÕES APRESENTADAS NESTE DOCUMENTO, INDICAM UM AUMENTO CONTÍNUO DA POPULAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR, EM TODOS OS CICLOS DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO, ISTO EM TODAS AS FREGUESIAS DO CONCELHO DA MAIA, ATÉ PELO MENOS 2015!

A PARTIR DESTES DADOS, DUAS EVIDÊNCIAS SALTAM À VISTA.

FOR UM LADO ESTÁ A CONSTATAÇÃO DE QUE NÓS C.D.U., ESTAVAMOS CERTOS AO AVISAR VEZES SEM CONTA NESTA ASSEMBLEIA, DOS ERROS QUE ESTAVAM A SER COMETIDOS PELO DIREITO: CONSTRUIR POR TODO O LADO, A TODA A VELOCIDADE, SEMPRE À REVELIA DE QUAISQUER EQUILÍBRIOS FOSSEM ELES URBANOS, SOCIAIS OU AMBIENTAIS.

→

21/2h  
R (2)

POR OUTRO LADO, ESTÁ A CERTEZA DA NECESSIDADE DE UMA 'CARTA EDUCATIVA', INDEPENDENTEMENTE DA NECESSIDADE LEGAL! É NECESSÁRIO QUE HAJA UM DOCUMENTO SUPORTE, ONDE SE APRESENTEM AS INSUFICIÊNCIAS DA NOSSA REDE ESCOLAR, NÃO SÓ NO QUE AO EDIFICADO CONCERNE, POIS AS INSUFICIÊNCIAS SÃO DE NATUREZA VÁRIA; A PARTIR DO QUAL SE POSSA PARTIR, COM SÉRIEDADE E COMPETÊNCIA, PARA A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS, COMO É CERTAMENTE O DESEJO DE TODOS!

É PRECISAMENTE NESTA QUESTÃO QUE SE NOS LEVANTAM ALGUMAS RESERVAS.

SERIA DESEJÁVEL, SENHORES DEPUTADOS, QUE A SOBRIEDADE DO DIAGNÓSTICO FOSSE ACOMPANHADA POR CLAREZA E OBJECTIVIDADE NAS PROPOSTAS.

O DOCUMENTO, JUSTIÇA LHE SEJA FEITA, ABORDA NESTE PONTO AS NECESSIDADES FUNDAMENTAIS, MAS CARECE DE OBJECTIVIDADE.

AO LONGO DO DOCUMENTO É-NOS APRESENTADO O MESMO HORIZONTE TEMPORAL: 2015!

DE ENTRE AS 20 PROPOSTAS ENUNCIADAS NO PONTO 7, FICAMOS SEM SABER QUAIS SÃO AS CONSIDERADAS PRIORITÁRIAS, OU SEJA, QUAIS AS NECESSIDADES ENTENDIDAS COMO MAIS PREMENTES! MAS ESTA NÃO É A ÚNICA QUESTÃO!

O PONTO 1 DOS OBJECTIVOS APONTA PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS, PARA A RECUPERAÇÃO PARCIAL OU INTEGRAL DA ESTRUTURA

→



7h  
R (3)

FÍSICA DOS EDIFÍCIOS E PARA A RECONVERSÃO DE INSTALAÇÕES.

OFERECE-NOS PERGUNTAR :

- (?) PARA QUANDO TUDO ISTO ? COMO SERÃO SUPORTADOS OS CUSTOS QUANDO ESTE MUNICÍPIO VERIFICA UM CONTÍNUO AUMENTO DO SEU PASSIVO ?

\* O PONTO 3 PROPÕE A REVISÃO DE PLANOS CURRICULARES, COMO SENDO UMA ACÇÃO A DESENVOLVER ! ORA, SENDO ESTA UMA COMPETÊNCIA DO PODER CENTRAL, QUAIS SÃO AS GARANTIAS EXISTENTES PARA QUE SE POSSA, COM SÉRIEDADE COLOCAR ESTA PROPOSTA SOB O TÍTULO DE "ACÇÃO A DESENVOLVER" ?

SE POR UM LADO AS PROPOSTAS ABUNDAM, POR OUTRO SÃO SUBSTITUÍDAS POR NÃO-PROPOSTAS CAMUFLADAS ! EXEMPLO EVIDENTE É O CONJUNTO DE OBJECTIVOS QUE VAI DO PONTO 15 AO 17, ONDE TODAS AS ACÇÕES PREVISTAS SÃO "EXEMPLIFICATIVAS", O QUE SIGNIFICA, SEGUNDO DIZ A PRÓPRIA "CARTA EDUCATIVA", - QUE PODEM OU NÃO SER EXEQUÍVEIS - !

DE REFERIR AINDA O PONTO 3, <sup>RELATIVAMENTE</sup> ~~RESPECTIVAMENTE~~ AO ABANDONO E AO INSUCESSO ESCOLARES : NEM UMA PALAVRA SOBRE A "COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS", NÃO OBSTANTE A MESMA ESTAR REFERENCIADA NESTE DOCUMENTO, NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS E PROJECTOS EDUCATIVOS ! ABANDONO ESCOLAR E INSUCESSO ESCOLAR SÃO FENÓMENOS SOCIAIS INTIMAMENTE



1-h  
2 (4)


LIGADOS À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL!  
SÃO EXPRESSÕES DO FENÔMENO DE REPRODUÇÃO  
SOCIAL, VIVIDO PELAS NOSSAS CRIANÇAS E ~~NOSSOS~~  
JOVENS!

É FUNDAMENTAL PERCEBERMOS QUE NA PREVEN-  
ÇÃO PRIMÁRIA DO ABANDONO ESCOLAR E DO INSU-  
CESSO ESCOLAR, ESTÁ A LUTA CONTRA A EXCLU-  
SÃO! A C.P.C.J. É UMA PARTE FUNDAMEN-  
TAL DESTES TRABALHOS!

A "CARTA EDUCATIVA", APESAR DE NOS PARECER, EM  
PARTE, UM CONJUNTO DE BOAS INTENÇÕES, SEM  
PREOCUPAÇÕES PRÁTICAS, TEM RELEVÂNCIA POR  
SER CAPAZ DE DEMONSTRAR AS GRANDES FRAGI-  
LIDADES DA REDE ESCOLAR MAIATA - O QUE JUSTI-  
FICA O NOSSO VOTO DE ABSTENÇÃO. -, AGORA, FALTA  
A CAPACIDADE POLÍTICA QUE COLOQUE EM PRÁ-  
TICA OS OBJETIVOS APRESENTADOS, DE MODO  
SÉRIO, CLARO E OBJECTIVO. PORQUE DE BOAS  
INTENÇÕES . . . . .

A.M. - 06/05/03

BANCADA / C.D.U.

 (J. GOMES)

12 12 3

\* OS PROJECTOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA RE-  
FORMULAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DO CONCELHO  
RECENTEMENTE APROVADOS EM REUNIÃO DE EXECU-  
TIVO SÃO UM MERO RECALQUE DA "CARTA ESCOLAR" DO  
CONCELHO DA MAIA APROVADA NESTA MESMA ASSEM-  
BLEIA EM 2001 QUE DE RESTO CONTINUA POR SER  
RESTA EM PRÁTICA!

ESTE DOCUMENTO ACONSELHAVA O EXECUTIVO  
ENTÃO A PROCURAR CATIVAR FUNDOS COMUNITÁ-  
RIOS PARA O EFEITO, NO ÂMBITO DO ÚLTIMO QUA-  
DRO COMUNITÁRIO DE APOIO!

AGORA, VOLVIDOS 5 ANOS E PASSADO QUE ESTÁ  
O QUADRO COMUNITÁRIO, VERIFICAMOS QUE PRÁTI-  
CAMENTE NADA MUDOU!

A PRINCIPAL ALTERAÇÃO ENCONTRA-SE NOS PRA-  
ZOS PREVISTOS:

- AO LIMITE APROVADO HÁ 5 ANOS - PARA 2011  
PORTANTO! - ACRESCENTAM-SE AGORA OUTROS  
4, POR COINCIDÊNCIA IMAGINAMOS NÓS, O MES-  
MO TEMPO DE UM MANDATO AUTÁRQUICO!



BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA

A CARTA EDUCATIVA do concelho da Maia, pretende ser "~~uma~~ um instrumento, por excelência de planeamento estratégico de todo o sistema educativo".

É com estas palavras que nos é apresentado o referido documento.

O BE defende que as ofertas educativas disponíveis respondam às necessidades, em termos quantitativos <sup>e qualitativos</sup> mas também, que garantam um ambiente educativo favorável ao desenvolvimento de competências educativas num quadro de gestão eficiente e racional dos recursos.

O diagnóstico apresenta com algum rigor as lacunas existentes no conselho e um plano de acção para os próximos anos, que embora discutível impõe que a sua implementação se faça com a brevidade que as carências reconhecidas exigem, com empenho e com o sentido da responsabilidade que devemos aos eleitores maiaíatos.

O conjunto de instituições e pessoas que participaram na referida elaboração da carta educativa, merecem da nossa parte credibilidade pelo que com algumas reservas e insuficiências relativamente às propostas a implementar, na generalidade estamos de acordo com o plano apresentado.

No entanto o BE pensa ser de todo o interesse a participação de todos os intervenientes que elaboraram o presente documento, no controlo de implementação da presente carta.

**Referimos alguns aspectos para os quais teremos de ter uma acção pela sua importância social e nas repercussões que provocam no atraso ou desenvolvimento do nosso concelho e consequentemente no país.**

#### Quanto às PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Concordamos genericamente com os princípios orientadores das intervenções propostas na Carta Escolar para os diversos níveis de ensino, mas fazemos algumas referências que julgamos pertinentes.

#### **Tudo começa nos Jardins de infância e no pré-escolar**

É urgente o <sup>seu</sup> alargamento a todo o concelho, tal lacuna demonstra uma anomalia grave e um claro incumprimento dos deveres públicos constitucionalmente consagrados.

A baixa oferta pública, penaliza as famílias <sup>mais carentes</sup> ao obrigarem estas a despendem uma maior fatia do seu <sup>orçamento</sup> com a educação dos seus filhos.

Os horários devem ser flexíveis de acordo com as necessidades das famílias, evitando-se sempre que possível a excessiva permanência das crianças nos Jardins de Infância.

3

BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA

*[Handwritten signature]*

Aproveitamos para chamar a atenção para a forma como é feito o prolongamento, pois deve ser feito em condições adequadas, tendo como objectivo prioritário o bem das crianças, o que pressupõe a existência de sala própria para o prolongamento.

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

A Carta Educativa, revela que os **Transportes Escolares** são desajustados aos interesses da rede escolar, mormente os seus horários, pelo que, embora estando fora do âmbito deste documento propor soluções para este problema, sugerimos que se sensibilize as empresas de transporte privadas para uma melhor oferta, ou no caso de não resultar, se equacione a oferta de transporte municipal.

## FINALMENTE

O diagnóstico traçado pela Carta Educativa torna visível que ~~\_\_\_\_\_~~ milhares de Maiatos jovens e adultos dispõem de níveis de escolarização muito baixos, com um número significativo destes sem ter concluído sequer o 1º ciclo. Esta situação é ainda mais preocupante porque todos os anos muitas dezenas de jovens abandonam o sistema educativo sem ter completado a escolaridade

obrigatória e esta só pode ter resposta através de modalidades de educação de adultos ou outras de escolarização de segunda oportunidade, que segundo o quadro traçado parecem actualmente francamente insuficientes face à realidade do concelho.

Embora fora do âmbito da discussão da Carta Educativa, pensamos que este motivo de preocupação deve mobilizar todos os órgãos autárquicos na tomada de posição autónoma, no sentido de, no quadro das suas competências e meios específicos, influenciar as entidades com responsabilidade na definição de respostas adequadas, sem o que dificilmente a situação será significativamente invertida nas próximas décadas.

26 de Junho de 2006

*Silvestre Pereira*



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhores Deputados Municipais  
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores

*Handwritten signature/initials.*

1. Por razões históricas bem conhecidas e apesar dos esforços importantes desenvolvidos após a implantação do regime democrático, a situação educativa portuguesa continua a apresentar fortes debilidades, que prejudicam seriamente quaisquer esforços de desenvolvimento e que dificultam o exercício alargado dos direitos de cidadania. Sobretudo num concelho onde o poder autárquico tanto insiste num discurso apologético com que procura ocultar as realidades que considera desagradáveis, é bom estarmos bem cientes de que este triste panorama marca também inquestionavelmente a nossa vida concelhia. O diagnóstico apresentado no documento em análise não deixa margem para dúvidas: há 4,8% de analfabetos, há uma taxa reduzida de pessoas com qualificações académicas superiores e cerca de 40% dos maiatos só atingiu o 1º ciclo! São números impressionantes! Sem alarmismos inúteis, é preciso que todos assumamos a educação como o principal desafio português e também concelhio! O poder local tem vindo a assumir e deve continuar a protagonizar um papel fundamental neste esforço. Não se trata apenas de garantir recursos, é sobretudo indispensável qualificar o sistema, garantindo antes de tudo a própria qualificação da acção política neste sector. A intervenção de quem exerce o poder neste sector não pode assentar apenas em intenções e opiniões sobre os assuntos, mas tem que ser esclarecida, conhecedora da realidade e dos desafios que estão em jogo, assim como das diferentes alternativas que podem ser equacionadas nos processos de elaboração, decisão e execução das políticas educativas. O PS Maia está bem consciente destas responsabilidades dos actores políticos, que apelam a um empenhamento sério e crítico na construção de soluções para os problemas do sistema educativo. Por isso, partiu para a análise do documento em discussão com uma postura construída pela positiva.

2. Esta aposta na educação deve implicar toda a sociedade portuguesa. A elaboração da Carta Educativa tem que constituir portanto um momento privilegiado de participação social na construção de soluções para o problema educativo. Ora, esta parece ser uma dimensão claramente desvalorizada na produção deste documento. Depois de se terem ultrapassado largamente os prazos legalmente previstos (um vício que parece haver dificuldade em ultrapassar...) fez-se uma discussão pública atabalhoada, que limitou as possibilidades de divulgação e de debate deste documento. A importância atribuída à sua discussão está bem patente no facto de se ter chegado a apresentar este documento para apreciação dos membros desta Assembleia sem sequer estar acompanhado com o parecer do Conselho Municipal de Educação, quando o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, é bem claro no ponto 1 do seu Art.º 19.º: "A elaboração da carta educativa é da competência da câmara municipal, sendo aprovada pela assembleia municipal respectiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação". Avisado à última hora do erro formal em que o executivo incorria, o Presidente da Câmara retirou então o documento da discussão, sem ter sequer o cuidado de esclarecer as razões porque o fazia. Estamos perante uma falta de consideração óbvia



por estes dois órgãos - Assembleia Municipal e Conselho Municipal de Educação - e uma situação lamentável que reflecte bem o valor que é atribuído à sua participação na produção deste documento. O PS da Maia, apostando em lógicas participativas do processo político, não pode deixar de lamentar a forma estouvada como todo este processo foi conduzido...

3. Agora: a Carta Educativa apresentada não deixa de fornecer informação útil para o diagnóstico da situação educativa no concelho. É evidente que nem tudo é negro, mas há muitas situações que importa corrigir, tanto mais que elas têm um impacto muito negativo sobre muitas outras dimensões da vida escolar. Efectivamente, ainda que aquele diagnóstico se suporte em apenas alguns dos critérios importantes para fundamentar este instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo, ela é suficiente para revelar alguns dos problemas da rede educativa municipal. Não valerá a pena ser exaustivo, tanto mais que se trata de um diagnóstico conhecido de todos e que apresenta problemas indiscutíveis e documentados. Salientarei apenas os seguintes:

- a. a existência de um grande défice de equipamentos na educação pré-escolar, especialmente na rede pública (51 % dos estabelecimentos);
- b. uma taxa de ocupação de 130,9 no 1º ciclo, com forte incidência do regime desdobrado (26 em 44 escolas) e uma clara falta de equipamentos hoje considerados indispensáveis para desenvolver um ensino de qualidade;
- c. uma taxa de ocupação de turmas por salas, em regime normal, de 132,7% nas EB2/3 e de 136,8% nas escolas secundárias;
- d. problemas sérios em termos de segurança, especialmente graves nas escolas pré-escolares e do 1º ciclo (respectivamente 57,5% e 47% em situação classificada como Má);
- e. taxas de repetência ainda elevadas (5,4 % no 1º C e 12,9% no 5º/12º anos)
- f. uma grande debilidade das respostas fornecidas ao nível da educação e formação de adultos (por que não se referem taxas de certificação?), sendo que, para apenas referir as duas iniciativas nacionais recentes mais relevantes, não existe um único CRVCC, quando há já 98 em todo o país (a solução existente é totalmente insuficiente e tecnicamente desaconselhável) e apenas dois cursos EFA na 5.ª candidatura, quando foram aprovados em todo o país mais de 400!

4. O reconhecimento da realidade educativa maiata e deste panorama da rede escolar é decisivo para podermos enfrentar os problemas da educação. Esperemos que mesmo esta vantagem do diagnóstico não esteja em risco: a reacção da maioria conservadora à sua divulgação pelos jornais deixa adivinhar o pior. Já aqui salientámos que esta maioria tem um problema sério em lidar com realidades que não considerarem ser-lhes favoráveis, operando, através de discursos apologeticos, um afastamento simbólico da realidade. Foi a isso que assistimos quando, num evidente desrespeito por esta Assembleia, tornaram este órgão autárquico em mero espaço de direito de resposta à comunicação social, só porque esta tinha divulgado elementos deste diagnóstico. Esperemos que se tenha tratado apenas de um episódio lamentável e que não se insista no dourar absurdo da realidade educativa concelhia. Seria um verdadeiro desperdício de energias que deveriam, com vantagem, ser aproveitadas na construção de soluções para os problemas existentes.

5. Mas a maioria conservadora não se ficou por aqui. Numa postura que, com simpatia, se poderá classificar de algo infantil, procuraram atribuir aos concelhos vizinhos as responsabilidades pelos problemas aqui existentes. A argumentação poderá, com um sorriso, ser sintetizada nestes termos: o problema seria que as escolas maiatas são tão boas que exerciam um irrecusável apelo sobre as populações vizinhas, sobrecarregando o nosso sistema escolar. Calculo que, para avançarem com esta

desculpa, tenha recorrido a uma leitura parcial e distorcidas dos dados apresentados sobre os alunos de outros concelhos presentes nas escolas maiatas. O único problema é que esta análise dos dados não faz qualquer sentido! Não há fronteiras entre os concelhos e, portanto, é tão óbvia a presença desses alunos na Maia como de discentes maiatos nesses concelhos vizinhos. A vontade de encontrar desculpas era tal que nem consideraram os dados também apresentados sobre os alunos apoiados pela CMM para se transportarem para outros concelhos...

Agora, se quisermos ser sérios, temos que nos suportar em abordagens consistentes e analisar a taxa de esforço dos concelhos com a escolarização, estabelecendo uma relação entre alunos que frequentam o ensino e a população total de cada concelho. Os dados relativos ao pré-escolar e ao 1º ciclo na Maia (níveis em que as autarquias têm maiores responsabilidades) e em todos os cinco concelhos vizinhos são os seguintes:

	População 2001	Alunos PE 02/03	Tx PE/Popul	Alunos 1C 02/03	Tx 1C/Popul	Alunos PE+1C	Tx 1C+PE/Popu
MAIA	120111	2147	0,0179	4893	0,041	7040	0,059
TROFA	37581	587	0,0156	1976	0,053	2563	0,062
VALONGO	86005	2095	0,0244	4510	0,052	6605	0,077
V CONDE	74391	2021	0,0272	3844	0,052	5865	0,079
MATOSINHOS	167026	3066	0,0184	7053	0,042	10119	0,061
PORTO	263111	8393	0,0319	14143	0,054	22563	0,086

Verdadeiramente impressionante! A Maia é o concelho, entre os seis em análise, em que essa taxa de esforço é mais baixa: no pré-escolar é apenas ultrapassado pela Trofa (0,018 e 0,016), no 1º ciclo é claramente o concelho em que essa taxa de esforço é mais baixa (0,041) e no conjunto dos dois sectores é precisamente a Maia que tem um menor esforço relativo com a escolarização!!! A mistificação da realidade tem limites. Os maiatos não podem ser tomados por tolos ou ignorantes!

6. Entretanto, temos que discutir a Carta Educativa enquanto documento essencialmente prospectivo. A esse respeito, o documento começa por apresentar um conjunto de propósitos, com que, na generalidade, o PS Maia concorda: são intenções óbvias, em torno das quais é fácil construir consensos. Mais, o conjunto de acções através das quais se procura concretizar esses objectivos, por não se esclarecerem devidamente as condições da sua materialização, geralmente esgota-se em generalidades e propostas que facilmente podiam ser replicadas em qualquer outra Carta Educativa dos restantes concelhos do país (mesmo aí com alguns erros desnecessários como o de se pensar que os CRVCC são cursos e não Centros! (p. 235). Ora, é evidente que não é para isso que se elaboram estes documentos. Tem que haver um esforço mais sério de previsão das condições de concretização dessas medidas na realidade específica do concelho. Estamos perante a Carta Educativa do concelho da Maia, a qual não deve ser confundida com um documento de recomendações genéricas às autarquias. Parece estarmos perante um problema persistente: uma autarquia que não tenha, neste domínio da educação, capacidade de orientação política, tecnicamente bem instruída, não será capaz de, precisamente, transpor essas generalidades em medidas e iniciativas mais precisas, que decorram de um bom conhecimento das alternativas existentes e da assunção de opções fundamentadas.

7. É que prever o número de salas de aulas necessárias no futuro e alinhar umas soluções para as garantir é evidentemente o mais simples. Mal iríamos se a CMM não estivesse capaz de o fazer. Muitas das soluções resultam do mais elementar bom senso e merecem obviamente o nosso apoio. Outras são no mínimo discutíveis e terão inevitavelmente de ser repensadas. Agora, lê-se e relê-se o documento e não se

vislumbra a adequada integração da Carta Educativa nos documentos de planeamento territorial do concelho, nem se vê que, como estabelece o Art.º 18º do DL n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, se defina “ o programa de execução, com a calendarização da concretização das medidas constantes do relatório”, já que não parece crível que se considere suficiente a mera enunciação das salas que se prevêem necessárias para 2010 e para 2015; muito menos se vê onde está garantido o “plano de financiamento, com a estimativa do custo das realizações propostas e com a menção das fontes de financiamento e das entidades responsáveis pela sua execução”.

h  
a  
h

8. O problema mantém-se: o documento apresentado ostenta dificuldades sempre que é preciso fazer opções e estabelecer prioridades, que é a base essencial do trabalho político, em educação como em qualquer outro domínio. Ora, quando se está a pensar a reconfiguração da rede educativa local não chega prever salas a partir de cálculos de evolução demográfica, é preciso fazer opções políticas fundamentadas. Eis apenas alguns exemplos dessas escolhas indispensáveis:

- a. Defende-se ou não o modelo das EBI's, com bons resultados em diversos concelhos do país? Que outras soluções de agregação de ciclos se consideram aconselháveis para a construção das novas escolas?
  - b. Que soluções se preconizam para garantir a generalização do secundário, em que tipo de parcerias está a CMM disposta a envolver-se e que soluções organizativas preconiza para garantir, nomeadamente os indispensáveis sistemas de alternância?
  - c. Que soluções são equacionadas na definição das tipologias das escolas previstas para responder designadamente às novas exigências curriculares e às actividades de extensão curricular que estão a ser promovidas?
  - d. Que soluções organizativas e que condições físicas e materiais são defendidas para combater o insucesso escolar (tanto mais que se reconhece a insuficiência óbvia do PIEF)?
  - e. Entre as diversas soluções técnicas e políticas, quais são advogadas para permitir uma melhoria progressiva dos equipamentos das escolas (p.e., como se pensa promover os indispensáveis centros multimédia ou como se pensa promover as indispensáveis soluções de *b-learning*)?
  - f. Que soluções se defendem para garantir a aposta na educação e formação de adultos? Em que domínios pensa a CMM intervir directamente e em quais pensa estabelecer parcerias? Como pensa favorecer a indispensável criação de serviços de serviços de informação, aconselhamento e orientação, tanto mais que tal exigirá o contributo evidente de diversas estruturas e plataformas autárquicas já existentes? De que forma se pensa envolver na constituição dos CRVCC, assim recuperando o atraso do concelho na criação deste serviço educativo (que vem merecendo apoios generalizados, incluindo da insuspeita OCDE)? Em que sistemas de escolarização de segunda oportunidade se aposta?...
9. Lamentavelmente, nenhuma destas questões, como muitas outras que aqui se poderiam colocar, merecem tratamento adequado nesta Carta Educativa. Este parece ser o resultado da opacidade política da educação neste executivo camarário e da sua incapacidade de se constituir como elemento mobilizador de aspirações e vontades, assumindo-se como plataforma política e técnica para a construção de um projecto local de educação ajustado aos desafios do futuro. Apesar disso, não vamos votar contra este documento. Como já referimos, partimos para a análise deste documento com uma postura construída pela positiva. Assim, mesmo que

consideremos o diagnóstico insuficiente, ele revela alguns dos problemas da educação no concelho. Para além disso, como a maioria das medidas propostas estão assentes em generalidades, estas não comprometem o futuro e admite-se que as limitações na própria determinação das salas de aula a construir possam ser ainda ultrapassadas. Tendo consciência de que esta Carta Educativa tem muitas limitações, queremos dar um sinal da disponibilidade do PS para colaborar na construção de soluções para o desenvolvimento da educação no concelho e sublinhar a necessidade de um diálogo construtivo num domínio em que as decisões agora tomadas têm um impacto óbvio no futuro. Agora, evidentemente, não podemos também votar a favor da proposta de Carta Educativa apresentada a esta Assembleia Municipal. Como terá ficado claro, preconizamos que esta deveria ter sido mais exigente nos seus propósitos, mais fundamentada do ponto de vista analítico e programático, mais consistente no diagnóstico estratégico, nas projecções de desenvolvimento e nas propostas de intervenção na rede educativa local. Não podemos pois votar favoravelmente um documento que consideramos francamente uma **oportunidade perdida**, tanto mais que ele nos remete para um horizonte temporal em que o PS espera ter já responsabilidades executivas na autarquia maia. O sector da educação é seguramente um dos que carece de alterações políticas urgentes. Com efeito, para ganhar o desafio educativo é preciso assumir com coragem os problemas existentes e sustentar técnica e politicamente um projecto de esperança no futuro!

se  
de  
1-7

Maia, 28 de Junho de 2006

Luís Areal Rothes

Grupo do PS na AMM



## A CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA MAIA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Excelentíssimos Senhores Secretários

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Excelentíssimos Senhores Vereadores

Excelentíssimos Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia

Excelentíssimos Senhores Jornalistas

Excelentíssimo Público

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Da análise que fiz da Carta Educativa do Concelho da Maia, extraí diversas conclusões, mas, a principal, é a de que os problemas relacionados com a oferta actual de formação e educação na nossa terra, resultam do facto de a Maia ter sido o concelho que:

- 1- Teve um maior crescimento e desenvolvimento sócio-económico nas últimas duas décadas,
- 2- Ser o território mais competitivo na Área Metropolitana do Porto e, por isso, dos mais atractivos da Região Norte,
- 3- Ter verificado um aumento demográfico de mais de 50% entre 1981 e 2001, passando de cerca de 80.000 para cerca de 120.000 habitantes.

A confirmar esta conclusão, atente-se nos indicadores referidos na Carta Educativa, incluídos no ponto "caracterização e enquadramento territorial do concelho da Maia", onde se pode ler, entre outras coisas, que o concelho da Maia

1 - É um território marcadamente urbano, com 2783 empresas do sector terciário (serviços) que significam 67,2% do tecido empresarial do concelho.

2 - Tem uma percentagem de população activa afecta ao sector secundário (indústrias transformadoras) superior à da A.M.P ( 38% para 35,3%).

3 - Tem vindo a registar os maiores crescimentos populacionais da A. M. P. das últimas décadas, passando de 81.679 habitantes em 1981 para cerca de 120.000 em 2001.

4 - Só as freguesias da Maia e Vermoim, tiveram entre 1991 e 2001 variações no crescimento da população, de 41% e 55%.

5 - Mas também Pedrouços, Águas Santas, S.ta Maria de Avioso, registaram crescimentos populacionais entre 30% e 47%.

Ora, é exactamente nas freguesias da Maia, Vermoim, Águas Santas, Pedrouços e, também, na freguesia de Moreira, que as carências a nível de edifícios escolares e ofertas educativas são mais sentidas, devido a serem territórios que assistiram a um aumento exponencial das suas populações, como consequência do seu forte desenvolvimento urbano.

Numa palavra, Senhores Deputados:

Temos o privilégio de viver num dos concelhos mais desenvolvidos do país e, tal facto, deve ser orgulho para todos, mas, justamente por isso, surgiram um conjunto vasto de novos problemas que urge resolver. É o preço que todos temos de pagar pelo desenvolvimento, até porque, como diz Agostinho da Silva, não se pode estar de graça na vida.

A Câmara Municipal da Maia e as Juntas de Freguesia, não podem estar satisfeitas com o trabalho feito ao longo dos últimos vinte e cinco anos, mas temos de reconhecer que muito foi realizado embora muito haja para realizar.

Uma análise, ainda que genérica, da Carta Educativa, permite-nos concluir que estamos perante, não apenas, um conjunto avulso de medidas, mas de uma autêntica reestruturação da Rede Escolar.

Por outro lado, tendo presente a definição de Carta Educativa, assim como as competências que em matéria de Educação e Formação foram atribuídas aos municípios, diria que os maiores problemas da Educação não podem ser resolvidos pela Câmara Municipal, mas que a sua solução terá de resultar, ainda que a níveis diferenciados, de uma mobilização e do empenhamento de todos, designadamente: do Ministério da Educação, das escolas, dos professores, dos pais e dos encarregados de educação, das autarquias, das empresas, das forças de segurança, dos centros de emprego

e formação profissional. Em suma, trata-se de uma tarefa gigantesca que tem de envolver, quer o Estado, quer a Sociedade Civil.

Tanto assim é que, em nenhum dos objectivos propostos surge a Câmara Municipal como a única entidade responsável, o que significa que seria demagógico centrar este debate da Assembleia Municipal tendo como principal alvo criticar a acção da Câmara Municipal em matéria de Educação para além das responsabilidades legais que lhe são atribuídas.

Este é um ponto que deve balizar as intervenções desta Assembleia, sob pena de se desvirtuar a seriedade do debate e de se substituir a acção política responsável pela "politiquice", apenas para convencer o auditório e a comunicação social e, por via desta, a opinião pública, de que o executivo camarário tem mais responsabilidades em matéria de Educação e Formação do que aquelas que lhe são legalmente atribuídas.

Em primeira linha, tal responsabilidade recai sobre o Governo, o qual deve dotar os municípios com verbas suficientes para que os executivos camarários possam cumprir com as suas responsabilidades em matéria de Educação e Formação, designadamente na construção e conservação dos edifícios escolares do ensino básico e na atribuição de subsídios aos alunos pertencentes às famílias mais carenciadas. Neste contexto e, por analogia com a necessidade de otimizar os serviços de saúde, faz todo o sentido a resolução do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios, de 09 de Maio de 2006, quanto à necessidade de regulamentar a Lei Quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais - Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro - no sentido de conjugar as intervenções das administrações Central e Local, de modo a otimizar os serviços de Educação e, deste modo, servir melhor as populações.

Em segundo lugar, cabe ao Ministério da Educação, o qual deve proceder a uma reforma do sistema educativo, de forma a adaptar os currículos dos diferentes cursos e áreas de ensino/aprendizagem às exigências do mercado de trabalho, sem contudo deixar de oferecer cursos que, mau grado serem de mais difícil enquadramento numa sociedade em que os saberes são valorizados em função da máquina produtiva, são absolutamente necessários para formar cidadãos críticos e conscientes, com uma acrescida capacidade de intervenção cívica, tão necessária às Democracias.

Em terceiro lugar, é imputável às autarquias, as quais devem considerar a Educação e a Formação como áreas prioritárias de intervenção social, uma vez que a Educação é o motor do desenvolvimento cultural, social e económico e, vector fundamental da sociedade actual, de modo a garantir-

2  
R  
Pm



se uma educação de base para todos, num processo de educação contínuo e de formação ao longo da vida, condição absoluta de integração social, numa sociedade em que o conhecimento e a informação se tornaram critérios da sua própria identidade.

O grupo de trabalho que elaborou a Carta Educativa, teve o cuidado de apresentar uma síntese/diagnóstico, que me parece essencial para quem, como eu, não tem muito tempo disponível e, na qual se resume, de forma rigorosa, o essencial quanto à caracterização actual da rede escolar do concelho; se faz uma projecção da população escolar entre 2010 e 2015 e se apresentam propostas de redimensionamento e reordenamento da rede educativa.

Nessa Síntese/Diagnóstico diz-se, entre outras coisas, que no concelho da Maia em 2004-2005 e relativamente ao

### ENSINO PRÉ-ESCOLAR

1 - Que a procura deste nível de ensino cresceu cerca de 63,5% entre 1998-99 e 2004-2005.

2 - Que até 2015 são necessárias mais 125 salas de aula, mas esta carência é diferente conforme as freguesias. Por exemplo, enquanto Águas Santas precisa de mais 33 salas, Barca não tem qualquer necessidade de salas de aula, pois tem uma taxa de cobertura de 300%.

### 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO:

1 - Até 2015 é necessário construir mais 145 salas, sendo que a maior insuficiência se verifica nas freguesias mais urbanas e economicamente mais activas (Águas Santas, Vermoim, Moreira, Maia e Gueifães).

### ENSINO BÁSICO - 2º E 3º CICLOS -

1 - Há uma maior concentração de alunos nas escolas da Maia e Pedrouços, dois dos maiores núcleos urbanos do concelho. Pedrouços acolhe alunos de Gondomar e Matosinhos. A EB2 da Maia oferece um leque mais alargado de cursos e é mais central.

2 - Até 2015 é preciso construir 76 novas salas de aula.

3 - As necessidades fazem-se sentir mais nas freguesias com elevadas taxas de ocupação (Águas Santas, Pedrouços, Maia e Vermoim).

2 - Promover junto do Ministério da Educação e das escolas, a criação de redes de cursos de educação/formação adequados às actuais necessidades do mercado, designadamente cursos técnico-profissionais e tecnológicos.

3 - Abolir cursos que não têm “grandes saídas profissionais” e empregabilidade (é preciso ter algum cuidado, para que esta lógica de mercado não se transforme em filosofia mercantilista no âmbito da política educativa. Penso que se devem manter os cursos humanísticos, embora reduzindo a oferta).

2  
h  
p-h

### MEDIDAS DE INTERVENÇÃO

No que se refere às “Medidas de Intervenção” propostas na Carta Educativa, deve a Câmara Municipal implementar aquelas que dizem respeito ao ensino pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico.

Quanto aos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, o executivo camarário deve ter um papel de parceiro, exercendo uma acção de influência junto do Ministério da Educação.

Por outro lado, tendo em conta que as medidas a tomar, se prendem também, com a construção de novos estabelecimentos de ensino, cujo custo ascende a muitos milhões de euros, e como as dotações orçamentais, em época de “vacas magras”, como aquela em que nos encontramos, são sempre insuficientes para satisfazer todas as necessidades, a Câmara Municipal estabelecerá, estamos certos, um “programa de acção”, a curto, médio, e longo prazos, assente numa priorização criteriosa das necessidades educativas do concelho, de forma a responder mais rapidamente àquelas que se situam num nível primário de exigência social, no contexto de uma sociedade e de um país que se pretende moderno e preparado para enfrentar os desafios da globalização,

Em conclusão, Senhores Deputados:

Há muito trabalho a realizar.

A crítica construtiva é a mola impulsionadora e parte integrante de uma acção mais eficaz e, por maioria de razão, da acção política. Vamos todos colaborar para ajudar a Câmara Municipal a levar a bom porto, uma tarefa que é da responsabilidade de todos, para bem da nossa terra e de todos quantos a elegeram para aqui viverem, trabalharem e educarem os seus filhos, pois, só mantendo e continuando a criar condições de forte atractividade das populações, poderemos garantir que a Maia é, e

do executivo camarário aos objectivos supra enunciados, fiz uma selecção daqueles que me parecem cair na alçada da responsabilidade directa da Câmara Municipal, assim como dos objectivos em que a Câmara Municipal deve ter apenas a função de parceiro e, sobretudo, o papel de promotor do processo de desenvolvimento da Educação/Formação no concelho, a saber:

### OBJECTIVOS QUE CABEM NA RESPONSABILIDADE DIRECTA DA CÂMARA MUNICIPAL

1 - Recuperar integral ou parcialmente a estrutura física dos estabelecimentos de ensino, devido ao desgaste físico normal dos edifícios (A Câmara Municipal só é responsável pela realização das obras nas escolas do ensino básico e dos jardins de infância. A realização de obras nas escolas secundárias é da responsabilidade do Ministério da Educação).

2 - Reforçar as medidas de segurança, as quais resultam em parte do parque escolar ser antigo e obsoleto, através por exemplo, da colocação de câmaras de vigilância em algumas escolas; criação de planos de emergência, de evacuação, segurança contra incêndios; simulacros; saídas de emergência, etc....

3 - Adequar a rede de transportes às necessidades sentidas pela população escolar.

Relativamente a estes objectivos todos temos consciência de que a Câmara Municipal, tem vindo a desenvolver, de forma empenhada e responsável e, apesar da escassez de recursos, uma acção criteriosa, quer no domínio da construção e recuperação dos jardins de infância e das escolas do 1º ciclo do ensino básico; quer no âmbito da segurança das escolas, quer no que se refere aos transportes escolares.

### OBJECTIVOS EM QUE A CÂMARA MUNICIPAL DEVE DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE PARCEIRO E DE PROMOTOR DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

1 - Adaptar o funcionamento das escolas às necessidades das famílias alargando as ofertas de complemento educativo, ocupação de tempos livres e de apoio social.

continuará a ser, um território da linha da frente, nos planos da competitividade e da qualidade de vida, respectivamente causa e consequência de um desenvolvimento sustentado, que todos desejamos, e que deve continuar a ser a ideia reguladora da acção política.

Mário Duarte

Handwritten signature of Mário Duarte, consisting of a stylized 'M' and 'D'.

Exmos. Senhores Membros da Assembleia  
em Público e Comunicação Social,

20c.24

Sempre que esta assembleia teve que se pronunciar sobre a contratação de mais empréstimos para servirem os projectos megalómanos do executivo, cuja prioridade é duvidosa, a CDU opôs-se a tal decisão, considerando-a uma atitude irresponsável que levaria a um maior endividamento da autarquia maia, justificando que seria meio caminho para o suicídio financeiro da Maia. Face à nossa posição, a maioria PSD/CDS-PP respondeu-nos com tranquilidade e sentido de responsabilidade, dizendo-nos que a autarquia possuía muito património, de elevado valor e que seguramente, o executivo, saberia cuidar e utilizar esse mesmo património para nunca comprometer financeiramente a Maia.

Pois bem, questionamos se não chegou a altura de começar a utilizar esse mesmo património para resolver o estrangulamento financeiro da autarquia; se não é o momento de redimensionar a política de investimentos do executivo, procurando uma efectiva solução para o endividamento camarário e não como o executivo hoje aqui nos propõe uma solução para remediar um problema que ele próprio criou ao longo dos anos, com uma política de investimento cega e desajustada à realidade e às possibilidades financeiras.

Como os Senhores Deputados se recordarão, a prioridade da CDU em Outubro passado era exactamente o saneamento financeiro da Câmara, de acordo com esse mesmo objectivo já nesta legislatura votamos favoravelmente a taxa máxima do EMI, não foi de ânimo leve que o fizemos, aliás a única força da oposição a fazê-lo, mas antes por considerarmos que seria um contributo que em conjunto com uma boa gestão poderia contribuir para esse objectivo. Certamente o executivo e a sua maioria terão consciência que não fazemos de oposição por mero gosto e divertimento, quando nos encontramos nesta posição não deixamos de ter projectos, objectivos e princípios que nos guiam e de votar favoravelmente medidas que possam contribuir para uma boa gestão autárquica.

Consideramos até interessante a intenção de 'Reestruturação do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo', embora em boa verdade se diga que demonstra claramente aquilo que a CDU sempre denunciou: 'A dívida da autarquia é enorme e cresce de ano para ano', no entanto a possibilidade que nos colocam de 'substituição de empréstimos' parece-nos que não passa de um aliviar momentâneo e imediato dos encargos mensais da autarquia, em nada procurará resolver o endividamento muito pelo contrário, coloca-se a hipótese de passarmos hoje um 'cheque em branco' ao executivo para negociar eventualmente o prolongamento das dívidas, hipotecando assim por ainda mais alguns bons anos a autarquia.

Jamais, Senhores Deputados, votaremos favoravelmente tal proposta até porque ninguém nos garante que ~~no ano~~ os senhores cá ~~estaremos~~ daqui a 20 ou 30 anos para que hoje condicionemos esse futuro tão longínquo e acima de tudo porque esta não é, no nosso entender, a solução do problema.

A Bancada da CDU  
Adelino Gajinha  
28/06/2006



**BLOCO DE ESQUERDA****MAIA**

h  
R  
h

É-nos presente uma proposta da Câmara Municipal, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, visando a reestruturação do excessivo passivo financeiro do município.

Esta proposta não nos surpreende. Diremos mesmo que se há alguém a quem ela não surpreende é justamente ao Bloco de Esquerda que, desde há cerca de um ano, vem denunciando e chamando a atenção para o calamitoso estado das finanças municipais e para a necessidade de se lhe encontrar uma saída.

O que nos surpreende é os termos em que a mesma nos é presente e a desfaçatez com que os irresponsáveis actos de gestão municipal que empurraram a Câmara para tão difícil situação são considerados, no parágrafo preambular da proposta, como actos de, e citamos, "pleno êxito"!

A Câmara Municipal da Maia considera um êxito, ainda por cima pleno, o facto de dever à banca cerca de 80 milhões de euros, 16 milhões de contos, e o facto de, em consequência disso, estar proibida de recorrer a financiamento bancário. Salta-nos inevitavelmente à memória o saudoso Fernando Peça e o seu: É esta, hem?

E é este enterrar de cabeça na areia, que nos leva a levantar sérias reservas, não à necessária e incontornável reestruturação do passivo financeiro do município, desde há muito por nós tida por inevitável e anunciada, mas à capacidade dos seus responsáveis para a levar a cabo.

Como crer que quem conduziu o município ao descalabro financeiro; quem, não obstante a evidência, reafirmou vezes sem conta durante a

campanha eleitoral a saúde financeira da C M Maia, remetendo para a calúnia as preocupações da oposição com esta matéria; quem, agora mesmo, perante a evidência do descalabro, teima em reafirmar o seu pleno êxito; poderá conduzir, com responsabilidade e êxito, um processo tão complexo?

O Bloco de Esquerda tem grandes dúvidas na capacidade deste executivo para levar a cabo tal tarefa, pela sua história de manifesta responsabilidade por tal situação e incompetência em matéria de gestão financeira, reiteradamente demonstrada ao longo das últimas duas décadas e meia! Pois se assim não fosse não estaríamos perante a dramática situação em que se encontra a C M Maia.

Por outro lado o Bloco de Esquerda entende, e propôs no seu programa eleitoral, que qualquer abordagem séria à situação financeira do município deverá passar pelo seu diagnóstico, levado a cabo por gente competente, e nesse sentido propôs uma auditoria às finanças municipais por uma entidade independente e competente para o efeito.

Ora, só num tal quadro o Bloco estará disponível para participar e dar o seu apoio ao saneamento da situação financeira do município.

Por isso, previamente à reestruturação ora proposta, e até como sua condição, o Bloco propõe, e deseja submeter à votação dos senhores deputados municipais, a realização de uma auditoria às finanças municipais a levar a cabo por uma entidade independente e com experiência, que abranja todo o universo municipal, designadamente as empresas municipais, com o objectivo de determinar com rigor as responsabilidades financeiras consolidadas de curto, médio e longo prazos do município e as necessidades de reestruturação financeira, para além da bancária, que certamente daí decorrerão.

Sabemos que neste momento a situação é de grande aflição, para não dizer descalabro.

A dívida de curto prazo está já a provocar o uso de direitos de crédito sobre a Câmara por parte dos credores.

O pedido de autorização agora em causa, apenas pretende em nossa opinião ganhar tempo, isto é prolongar no tempo o pagamento da dívida.



Isto será o continuar a hipotecar o futuro do município como têm demonstrado as medidas recentemente tomadas para o chamado processo de saneamento financeiro da Câmara. O exemplo mais recente de hipoteca de mais dez anos efectuado sob as rendas do tribunal é mais um exemplo disso mesmo.

Não existe efectivamente um plano estruturado e sustentado que nos permita acreditar no que nos é proposto!

2  
d  
h  
h

Este deve ser a nosso ver o caminho.

Mas se assim o não entenderem os senhores deputados, e decidirem conceder ao executivo municipal os poderes ora solicitados, propomos que pelo menos, e pelas razões que já apontamos, não lhe seja passado um cheque em branco para a reestruturação pretendida exigindo-se que, negociada a reestruturação, a mesma tenha de ser submetida à apreciação, e aprovação, desta Assembleia.

De outro modo corremos o risco de somar ainda mais asneira a toda a asneirada anterior. E da emenda vir a ser pior que o soneto!

Bloco de Esquerda

28 Junho de 2006

*João F. Costa*



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MALA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhores Deputados Municipais  
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores

2  
a  
1h

1. Parece estar a constituir-se nesta Assembleia Municipal um costume pernicioso: não há sessão em que o executivo não apresente mais uma medida avulsa com que procura fazer face à situação financeira reconhecidamente dramática em que lançou a autarquia, com consequências que se fazem já sentir na vida diária dos maiatos. Uma medida são mais criativas do que outras, é bem verdade, mas todas elas mostram, cada vez com mais clareza, a situação de aflição da actual maioria conservadora!
2. Desta vez, solicita a autarquia autorização para negociar a reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo. Adivinha-se já o argumento: é o que todos os devedores procuram fazer e não há razões para que a CMM não o faça também. Isso é evidente e o Partido Socialista nada teria a opor a essa negociação. Só não pode ser esquecido que se trata de uma proposta apresentada por um executivo à decisão do órgão deliberativo da autarquia, o que coloca questões decisivas de fundamentação e de enquadramento político.
3. Com efeito, a presente proposta necessitaria de estar bem fundamentada na situação da dívida da autarquia. É essencial estarmos bem cientes do estado financeiro da autarquia. Uma coisa é o esforço normal e regular de renegociação das condições dos empréstimos. Outra, bem diferente, é a situação de uma autarquia que tem de renegociar empréstimos quando se encontra numa situação

de aflição e com dificuldades de tesouraria. Imagine-se – vamos dar este exemplo absurdo já que não é bom sequer pensar que essa seja a situação da CMM – que a autarquia tinha <sup>seu</sup> dois empréstimos, que totalizassem uma dívida de quase 50 milhões de € (p.e. um de quase 30 milhões de € a um prazo de 25 anos e um outro de 20 milhões de € a um prazo de 10 anos), com um período de carência que termina no presente ano e – continuemos apenas a imaginar – que houvesse já um outro empréstimo de 4 milhões de € cuja primeira tranche vencesse também já em 2006. Numa tal situação imaginária, o serviço da dívida andaria já próximo dos 2 milhões €. Imaginem-se as condições e as preocupações que marcariam a negociação do serviço da dívida. Não custa imaginar que uma autarquia assim irresponsável tivesse sobretudo a intenção de “folgar as costas”, alargando períodos de carência e adiando para os vindouros a solução do problema! O problema é que sabendo-se que a situação financeira da autarquia é indiscutivelmente difícil e não estando a proposta convenientemente fundamentada, até esta possibilidade desastrosa não pode infelizmente deixar de ser considerada.

4. Ora, é exactamente por se saber que a situação financeira da autarquia é assim difícil que não se pode aceitar a forma avulsa e casuística como a autarquia procura fazer face a este problema. O Partido Socialista já deixou clara sua posição: está disposto a colaborar na procura de soluções, desde que elas sejam integradas, consistentes e socialmente responsáveis. Mais: não deixaremos de apoiar esse princípio básico de boa conduta de um executivo camarário que é o de assumir com coragem e seriedade o compromisso de garantir a saúde financeira da autarquia no final do seu mandato. Por isso, queremos desafiar o executivo a apresentar nesta Assembleia Municipal, tendo em vista a melhoria

2  
12  
12h

da situação financeira da CMM, um Plano de Salvação das finanças autárquicas, tendo como horizonte temporal o ano de 2009, em que termina o mandato desta maioria conservadora. Este **PS 2009 – Plano de Salvação 2009** – pode efectivamente constituir um processo fundamental para defender a autarquia da irresponsabilidade financeira e para repor a esperança no futuro.

Maia, 28 de Junho de 2006

Luis Areal Rothes

Grupo do PS na AMM

A handwritten signature in dark ink, consisting of a horizontal line at the top, followed by a stylized 'R' or 'L' shape, and then a series of loops and flourishes below.